



2009

UC/FPCE

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações sociais sobre a violência conjugal.
Estudo exploratório com uma amostra de
profissionais da CPCJ**

Ana Isabel Mendes Camelo (e-mail: anaisacamel@gmail.com)

**Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde
(área de sub-especialização em Psicologia Forense) sob a
orientação das Professoras Doutoradas Madalena Alarcão e
Isabel Alberto**

Representações sociais sobre a violência conjugal. Estudo exploratório com uma amostra de profissionais da CPCJ.

Resumo: A violência na relação conjugal não é um fenómeno recente. No entanto, só se constituiu como um problema social específico a partir da década de 60. Desde então, a violência exercida contra as mulheres no contexto das relações íntimas tem sido objecto de uma crescente atenção social e científica. Em Portugal, a partir do início da década de 90, começou-se a verificar uma maior consciencialização sobre a gravidade e dimensão do problema da violência conjugal. Para tal contribuíram um conjunto de profissionais provenientes de campos disciplinares distintos e, em grande parte, o movimento feminista. O número de casos de violência conjugal tem aumentado nos últimos anos, tornando-se num verdadeiro problema de saúde pública. A problemática das crianças expostas à violência interparental tem também merecido atenção por parte dos estudiosos, uma vez que é do conhecimento de todos que a observação ao conflito interparental pode levar ao desenvolvimento de problemas nos vários domínios de desenvolvimento. Os profissionais chamados a intervir podem possuir, como qualquer indivíduo, representações sociais em torno da violência no contexto da conjugalidade que subtilmente podem emergir perante uma situação real, interferindo no modo com as decisões são tomadas. Por conseguinte, considerámos importante conhecer as representações que os profissionais possuem acerca da violência conjugal, das suas causas, factores de manutenção e de resolução. No presente estudo, a amostra é composta por 91 profissionais da CPCJ, dos quais 69 são do sexo feminino e 22 do sexo masculino. Dessa amostra, 82 sujeitos pertencem à Comissão Restrita e 9 sujeitos à Comissão Alargada. Foram utilizados três questionários, com o objectivo de analisar a menor ou maior legitimação da violência conjugal, assim como as causas, factores de manutenção e de resolução que os sujeitos possam ter em relação à problemática da violência conjugal. De uma forma geral, os resultados revelam que os profissionais da CPCJ não legitimam a violência conjugal. Porém, os grupos masculinos e femininos diferem entre si na história 1, na história total e na ECVC, surgindo o grupo dos homens como o mais legitimador. Globalmente, os sujeitos com mais de 55 anos e com 4 a 5 anos de exercício de funções na CPCJ são os que mais legitimam ou banalizam a violência conjugal. Os profissionais da nossa amostra tendem a atribuir as causas da violência sobretudo ao agressor (álcool e antecedentes de violência na família de origem) e a factores de ordem social e cultural. No entanto, responsabilizam mais a vítima pela manutenção na relação abusiva. Como factores de resolução, os sujeitos assinalaram com maior frequência o estimular a denúncia e o proteger a vítima e os filhos.

Palavras-chave: violência conjugal; representações sociais; CPCJ.

Social representations of conjugal violence. Exploratory study with a sample of professionals of the CPCJ.

Abstract: Violence in the conjugal relationship is not a recent phenomenon. However, only constituted itself as a specific social problem from the decade of 60. Since then, violence against women in intimate relationships has been object of a growing social and scientific attention. In Portugal, from the early 90s, began to see a greater awareness of the gravity and extent of the problem of conjugal violence. For such had contributed a group of professionals from different disciplinary fields and, in large part, the feminist movement. The number of cases of conjugal violence has increased in recent years, becoming a real public health problem. The issue of children exposed to interparental violence has also received attention by scholars, since it is known to all that the observation of interparental conflict could lead to problems in various areas of development. Professionals who may have to intervene, as any individual, social representations around the violence in the context of conjugal subtly that may emerge before a real situation by interfering in the way decisions are made. Therefore, we considered it important to know the representations that the professionals have about domestic violence, its causes, risk factors for maintenance and resolution. In the present study, the sample consists of 91 professionals in the CPCJ, of which 69 are female and 22 male. This sample, 82 subjects belongs to the Restricted Commission and 9 to the Extended Commission. We used three questionnaires with the objective of analyzing the greater or lesser legitimacy of conjugal violence, as well as the causes, factors and maintenance of resolution that people can have in relation to the issue of spousal abuse. Overall, the results show that professionals in CPCJ do not legitimize domestic violence. However, groups for men and women differ between itself in History 1, the Total History and ECVC, emerging group of men as the most legitimate. Overall, subjects over 55 years and 4 to 5 years of exercise functions in CPCJ are the most legitimate or trivialize the conjugal violence. The professionals in our sample tend to attribute the causes of violence especially the abuser (alcohol and history of violence in the family home) and social and cultural factors. However, they make more responsible the victim for maintaining in the abusive relationship. As factors of resolution, the subjects responded more frequently to encourage the reporting and protect the victim and children.

Key Words: conjugal violence; social representation; CPCJ.

Agradecimentos

As minhas palavras de agradecimento vão para todos aqueles que sempre estiveram presentes...

Aos meus pais e irmão, por todo o apoio, paciência e confiança.

Ao Duarte, por todo o amor e por me fazer acreditar que é possível.

Às Professoras Doutoradas Madalena Alarcão e Isabel Alberto, pela orientação, disponibilidade e ensinamentos.

Índice

Introdução	5
I – Enquadramento teórico	7
1. Violência conjugal.....	7
1.1. Conceito.....	7
1.2. Modelos explicativos da violência conjugal.....	9
1.3. Maus tratos e vitimação indirecta a crianças e jovens.....	12
2. Representações sociais.....	14
2.1 Conceito.....	14
2.2 Representações sociais e violência conjugal.....	16
II – Objectivos	19
III – Metodologia	19
3. Descrição da amostra	19
4. Instrumentos utilizados.....	22
4.1. Questionário de Violência Conjugal-Histórias	22
4.2. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal	24
4.3. Questionário sobre Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução.....	26
5. Procedimentos estatísticos.....	26
IV– Resultados	28
6. Representações sociais em torno da violência conjugal...	28
7. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal.....	30
V – Discussão.....	33
8. Representações sociais em torno da violência conjugal...	33
9. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal.....	36
VI – Limitações do estudo e Sugestões para pesquisas futuras	40
Conclusões.....	40
Bibliografia.....	42
Anexos.....	47

Introdução

A família é muitas vezes idealizada como fonte de segurança, carinho, protecção e bem-estar, ocupando, na vida dos indivíduos, um lugar considerado de extrema importância no desenvolvimento e no bem-estar pessoal. Como tal, a família é entendida como um espaço em que os seus diversos elementos poderiam encontrar a compreensão e a ajuda necessárias à manutenção de uma vida emocional e afectiva estável. Para François de Singley (*cit in* Casimiro, 2002), ela assume uma dimensão identificadora, uma vez que ocupa um lugar central na vida dos seus elementos. No entanto, e de forma paradoxal, a família assume-se também como uma das instituições sociais mais violentas. De facto, afectividade e violência podem coexistir no seio das relações familiares, nomeadamente na relação conjugal (Neves, 2008).

Embora a violência familiar sempre tenha existido, ela é hoje mais debatida e denunciada. Como enfatiza Dias (2004a), este fenómeno não é novo e não é exclusivo da família moderna. Contudo, a violência no contexto das relações íntimas, é hoje assumida como um grave problema de saúde pública.

A visibilidade crescente que a violência conjugal tem vindo a adquirir, associada à defesa dos direitos humanos, à redefinição dos papéis de género e à construção de uma nova consciência social e de cidadania, levou os poderes públicos a definirem políticas de combate a um fenómeno que durante anos permaneceu silenciado (Comissão para a Igualdade dos Direitos da Mulher, CDIM, 2007). Neste processo, os movimentos feministas tiveram um papel decisivo, ao chamarem a atenção para a natureza “anti-social” da família moderna. Segundo as teorias feministas, privacidade significa ainda, para a mulher, isolamento social e desvalorização das situações de opressão (Dias, 2004b).

Apesar de ser actualmente um fenómeno social com grande visibilidade, a sua verdadeira extensão não é ainda claramente conhecida. De acordo com as estatísticas do *Report of the Gender Bias Study of the Supreme Judicial Court* de 1989, nos E.U.A. uma mulher é batida a cada 18 segundos (Abraus & Greaney, 1989, *cit. in* Neves, 2008).

Em 2000, Coker e colaboradores (Neves, 2008) afirmaram que das 1152 mulheres que pertenciam à amostra em análise, 53,6% já tinham experimentado diferentes tipos de abuso. Em Portugal, um estudo de Lourenço, Lisboa e Pais (1997) concluiu que o contexto familiar é aquele onde as mulheres referem ter sido mais vítimas de violência (43%). De entre os vários tipos de violência, o que aparece mais destacado é o psicológico. Em 1992, Lourenço e Lisboa davam ainda conta que em 205 crianças de escolas primárias oficiais, 61% afirmaram ter visto o pai bater na mãe.

De acordo com vários estudos (Bureau of Justice Statistics, 1993, Pagelow, 1990, ambos *cit. in* Sani, 2006) as crianças estão presentes em 80% dos lares onde existe violência conjugal e 90% dessas crianças testemunham essa violência. Estes números são dramáticos. A maioria dos estudos situa os

valores para a co-ocorrência entre os maus-tratos à criança e outras formas de violência na mesma família entre os 30 e 60% (Edleson, 2001; Graham-Bermann & Edleson, 2001).

Em Portugal não existem dados de prevalência deste problema. Os dados existentes (Sani, 2006) expressam sobretudo, a vitimação directa da criança, não existindo números relativos à vitimação indirecta. No entanto, a relação entre a violência no casal e a violência sobre as crianças tem vindo a ser discutida em vários estudos. Efectivamente, a situação das crianças que vivem expostas à violência entre pais é um problema que tem vindo a merecer um olhar cada vez mais atento. O interesse por esta problemática é contingente à defesa recente da violência conjugal como um problema social (Loseke, 1997; Straus, Gelles & Steinmetz, 1980, *cit. in Sani, 2006*) e à consciência pública e profissional da problemática do abuso psicológico da criança.

As consequências da exposição à violência interparental, que podem traduzir risco para a integridade física ou psíquica de uma criança ou de um adolescente, justificam, de acordo com a Lei de Protecção de Crianças e Jovens, que qualquer pessoa seja obrigada a comunicar tal facto às entidades com competência nesta área, nomeadamente as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)¹ ou às Autoridades Judiciais. Deste modo, não será um erro considerar a vitimação indirecta destas crianças como abuso psicológico, conforme proposto por Gabardino (1986) e por outros autores (Santos, 2000). Daí a importância de focar a nossa investigação nos profissionais que lidam diariamente com estas situações.

No estudo desta problemática é importante analisar não só o acto de violência em si, mas também os indivíduos que o vivem, os papéis que desempenham e o significado que atribuem a esses actos de violência (Silva, 1989). Neste contexto, é fundamental perceber quais são as representações sociais em torno da violência conjugal, relativamente ao que é aceitável ou não, às características dos agressores e vítimas, bem como às condições que facilitam ou inibem essas situações.

A sociedade em geral, e os profissionais que trabalham directa e indirectamente com este fenómeno em particular manifestam, por vezes, um consentimento implícito do comportamento violento, através de uma postura de silêncio e indiferença (Ghez, 20001, *cit. in Machado, Matos & Gonçalves, 2006*). É frequente uma postura de desvalorização da situação de vitimação, seguramente influenciada pela aceitação/normalização das agressões, bem como pela noção de que estas se tratam de actos isolados (Nabi & Horner, 2001, *cit. in Machado et al., 2006*). Deste modo, pode concluir-se que as diferentes representações em torno da violência conjugal interferem na conduta daqueles que estão directamente envolvidos nas dinâmicas abusivas, assim como na postura dos profissionais.

As representações sociais assumem um grande papel, quer

¹ As CPCJ são instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional para promover os direitos da criança/jovem e prevenir ou resolver situações de risco. Em conformidade com a lei, estas instituições procuram garantir as Medidas de Protecção e Promoção das crianças em perigo (Lei 147/99 de 1 de Setembro).

estabelecendo as normas sociais pelas quais a comunidade se pauta, quer moldando o entendimento que as sociedades constroem acerca destas experiências (Fortune, 2001, *cit. in Machado et al.*, 2006).

Seguindo esta linha de ideias, considera-se relevante avaliar as representações sociais e culturais em torno da violência conjugal nos profissionais que lidam com a problemática. Esses profissionais possuem representações acerca da violência que influenciam muitas vezes a decisão da vítima de revelar ou não a situação que está a viver e/ou impedem a denúncia de casos de que têm conhecimento.

Os profissionais que trabalham nas CPCJ têm as suas próprias representações e mitos que podem levar a uma desvalorização da problemática da vitimação indirecta. Neste contexto, persiste ainda a crença errónea de que as crianças não se apercebem da violência entre os pais, se não assistirem a ela (Jordan, 1997, *cit. in Sani*, 2003). Mas a verdade é que muitas crianças relatam que o conflito é um *stressor* significativo que desencadeia, a curto ou a longo prazo, reacções que apontam para problemas em várias áreas do desenvolvimento (Sani, 2003). Geralmente, os profissionais consideram que testemunhar violência entre os pais é um problema menos grave que a agressão directa à criança. Se não existir maus-tratos físicos, a problemática da vitimação indirecta permanece omissa.

O estudo das representações que os profissionais ligados às CPCJ têm da violência conjugal afigura-se-nos, pois, como um tema relevante e de claro interesse, pois permitir-nos-á conhecer de que forma toleram ou legitimam mais ou menos tal violência. Como ponto de partida para o estudo das representações sociais da violência conjugal teremos em consideração as definições de representação social apresentadas por Denise Jodelet e Serge Moscovici, particularmente a ideia de que uma representação social poderá ser entendida como “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, *cit. in Casimiro*, 2002, p. 605).

I – Enquadramento conceptual

1. Violência Conjugal

1.1 Conceito

A definição de violência doméstica levanta inúmeras dificuldades, uma vez que existem quase tantas definições quanto os autores que estudam a problemática (Casimiro, 1998). Trata-se de um conceito que teve o seu início na década de 70, com as investigações sobre mulheres maltratadas. A pesquisa americana, ao tentar interpretar cientificamente o fenómeno da violência conjugal, classificou-o como uma forma de “violência na família” ou de “violência doméstica”, dando origem a este conceito (Kirkwood, 1993, *cit in Dias* 2004b). Especificando, a violência conjugal constitui uma forma de violência que pode ocorrer no seio familiar, sendo por isso mais restrita

que a violência doméstica. A violência doméstica define-se como um conjunto de condutas de carácter abusivo, perpetradas de forma intencionalizada sobre o cônjuge. Têm por objectivo dominar a vítima, infligir deliberadamente dano, induzir medo, fazendo-a sentir subordinada, desvalorizada e incompetente. Neste contexto, e de acordo com a Greene e Bogo (2002, *cit. in* Matos, 2005, p.160), “a violência é unicamente uma tática de obter controlo absoluto no relacionamento”. Ocorre habitualmente no contexto de uma vitimação múltipla e pode variar em termos de severidade (empurrão, bofetada, homicídio, violência marital, etc.) e de tipologia (maus tratos físicos, maus tratos psicológicos e violência sexual).

Os maus-tratos físicos consistem basicamente no uso da força com o objectivo de magoar, podendo deixar ou não marcas evidentes. Podem começar com um pequeno toque físico e continuar com empurrões, bofetadas e torções. Em muitos casos, podem levar ao homicídio. Os maus-tratos psicológicos são caracterizados pela rejeição, discriminação, humilhação e desrespeito exagerados. Trata-se de uma violência que não deixa marcas corporais visíveis, mas que emocionalmente causa cicatrizes profundas para toda a vida. O abuso sexual inclui todos os actos sexuais realizados contra a vontade do parceiro, incluindo a violação (CIDM, 2007). Alguns autores falam ainda de agressão económica (a vítima é impedida de gerir o seu dinheiro, havendo a sonegação de dinheiro e de bens e a recusa de apoio financeiro para os filhos) e de agressão à liberdade (controle da vítima, impedindo-a de ter uma vida social). Apesar de coexistirem num número significativo de casos, o abuso verbal e psicológico tendem a preceder a agressão física, sendo frequente ocorrer uma escalada em termos de frequência e gravidade ao longo do tempo (Woffordt, Mihalic, & Menard, 1994, *cit. in* Matos, 2005). Para além da sua intensidade crescente, é necessário atendermos ao carácter cíclico da violência conjugal. As fases do ciclo vão-se sucedendo, em espiral, com episódios agudos cada vez mais intensos e com um ciclo cada vez mais curto, até que as vítimas deixam de acreditar na mudança prometida e decidem denunciar as agressões de que são vítimas.

Apesar das implicações da violência serem diversas, a investigação tem documentado o impacto psicológico que decorre de uma experiência deste tipo. As consequências podem ser variadas e dependem não só das características pessoais da vítima e do apoio social, formal e informal, mas também do tipo de agressão e da frequência de ocorrência dos episódios violentos. Não querendo sublinhar uma ideia de causalidade directa (tipo de vitimação e suas consequências), podemos referir que as consequências habitualmente descritas na literatura são o medo, o isolamento, os distúrbios cognitivos, o humor deprimido, as disfunções sexuais, a ideação suicida e os distúrbios alimentares (Coelho, 2005).

Relativamente ao isolamento social, um estudo levado a cabo por Cooney (2007) concluiu que as mulheres gravemente agredidas pelos maridos se encontravam mais isoladas a nível das relações de amizade do que de laços familiares. O isolamento social imposto à vítima pode dificultar a sua saída da relação abusiva, assim como a vergonha, a dependência económica, o medo de retaliações, a pressão social para manter o

matrimónio, o medo de ficar sem os filhos, as falsas crenças, etc (Brehm, Miller, Perlman & Campbell, 2002; Jaffe et al, 2003; Kantor & Jasinski, 1998; Rhodes & McKenzie, 1998; Roberts, 2007, *cit. in* Correia, 2008). Por sua vez Alexander (1993), concluiu que as razões de permanência da mulher na relação são as mesmas que a fazem agir no sentido da saída: razões de ordem pessoal e emocional (42,6%), relacionadas com os filhos (29,5%), de cariz económico (13.5%) e de índole sexual (4.8%). Num estudo nacional com estudantes de direito e profissionais de justiça, Correia (2008) obteve como aspectos mais referidos como responsáveis pela manutenção da violência conjugal a ausência de denúncia, a existência de filhos, o medo de retaliações e as promessas de mudança por parte do agressor.

1.2 Modelos explicativos da violência conjugal

Na compreensão da violência conjugal, é importante compreender os factores que podem contribuir para o aparecimento, manutenção e resolução das agressões na relação de intimidade. É uma tarefa complexa, uma vez que não existe uma explicação consensual. As diferentes contribuições teóricas têm avançado explicações diversas para a ocorrência desta forma de violência, existindo distintos níveis de compreensão do problema.

As *teorias intra-individuais* focalizam a atenção nas características individuais do agressor ou da personalidade da vítima. Perturbações de personalidade, *stress*, baixa auto-estima, dificuldade de empatia e competências sociais pobres são algumas das causas que explicam o comportamento violento (Pagelow, 1984). Jasinski e Williams (1998) referem vários estudos que sublinham outros factores de risco, como a irritabilidade, estilo de personalidade agressiva e hostil, elevada sintomatologia *borderline*, ansiedade, depressão e queixas somáticas. Alguns autores (Browne, 1987, Collins, 1989, Grelles & Straus, 1974, Hotoling & Sugarman, 1986, Kanter, & Straus, 1987, *cit. in* Matos 2003) referem também o consumo de drogas e álcool como factor facilitador das relações abusivas. No estudo de Correia (2008) os sujeitos consideraram que “os consumos de álcool ou drogas” são a principal causa de violência conjugal (81,5% das respostas obtidas). Apesar de na literatura se referir uma clara associação entre álcool e violência conjugal, é de destacar que muitos sujeitos são agressivos mesmo estando sóbrios ou após ingestão moderada de álcool, o que tem levado autores a referir-se ao álcool mais como um sintoma dos homens com tendência para usar a violência do que propriamente um factor causal dos maus-tratos (Frieze & Brown 1989, *cit in* Matos, 2003). Relativamente à vítima, a teoria do masoquismo (Alexander 1993) defende que a mulher ou está doente, uma vez que aceita passivamente a violência, ou gosta de ser agredida, para além de estar muito apegada ao agressor e atraída pelo perigo que envolve a situação. Esta abordagem tem sido alvo de críticas, visto que constitui uma forma de culpar a vítima e justificar ou legitimar a violência (Jasinski & Williams, 1998). Segundo Rounsaville (1978, *cit. in* Matos, 2003), as mulheres não aceitam

passivamente o abuso, uma vez que avaliam constantemente a sua situação e as oportunidades de mudança, procurando ajuda externa. Apesar da sua importância inicial, a teoria da patologização da vítima apenas se aplica a uma pequena minoria de mulheres (Alexander, 1993), assim como o papel da psicopatologia e dos traços de personalidade é pequeno nos agressores. Segundo Walker (1994, *cit in* Matos, 2003) este aspecto é evidenciado pelo facto de somente 10% dos actos violentos serem atribuídos à doença mental.

As *perspectivas diádicas-familiares* postulam que a violência conjugal tem origem nas interacções. De entre as várias teorias, destacamos a teoria intergeracional da violência que defende a ideia que a experiência de violência no adulto será uma perpetuação de padrões de violência aprendidos durante a infância e adolescência. Esta abordagem tem implícita a noção de aprendizagem social, em que o comportamento do indivíduo é determinado pelo ambiente social, através de mecanismos de reforço, modelagem ou coacção. Outros autores (Kantor & Straus, 1987, *cit. in* Correia, 2008) referem que a exposição à violência proporciona igualmente um modelo de desempenho para a vítima que, tendo sido maltratada pelos seus pais, mais facilmente aceitará um parceiro predisto que recorre à violência e mais está inclinada para aceitar o uso da violência na regulação do seu comportamento. Correia (2008) verifica que a segunda causa de violência conjugal mais assinalada diz respeito aos “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima”. Ainda nesta linha, Rapoza e Baker (2008) concluíram que, nos casais violentos, a mulher e o homem experienciaram mais situações de maus-tratos (físicos e/ou psicológicos) na infância comparativamente com casais não violentos, sendo que a agressão por parte do pai é mais preditiva de violência ou vitimação da mulher e a agressão por parte da mãe é mais preditiva de violência ou vitimação do homem. Estes dados reforçam a preocupação com a vitimação indirecta de crianças e jovens. Apesar de um *background* violento poder constituir um importante factor de risco para as agressões na idade adulta, é importante não esquecer que existem factores de mediação, sobretudo ambientais, que se sobrepõem a possíveis efeitos da aprendizagem do comportamento violento.

De acordo com a *perspectiva sistémica*, a violência conjugal assume um valor comunicacional no equilíbrio intra e inter sistémico. Perrone e Nannini (1997) definem quatro premissas básicas relativas à dinâmica da violência: a violência é um fenómeno interrelacional; todos os envolvidos no fenómeno são “responsáveis”; todo o indivíduo adulto deve garantir a sua segurança e se não o fizer está a contribuir para os comportamentos violentos; qualquer indivíduo pode ser violento. Como resultado da sua investigação, concluíram que existem duas formas distintas de violência intrafamiliar: a violência agressão e a violência castigo. O primeiro tipo de violência está associado a relações simétricas, nomeadamente à escalada simétrica, como resultado de ambos os parceiros procurem alcançar um maior poder. Neste tipo de violência a identidade e a auto-estima são preservadas. A violência castigo está associada à relação complementar, havendo uma desigualdade no estatuto de cada um dos indivíduos. Neste caso, o comportamento violento assume uma orientação unilateral: o emissor

acha que deve agir violentamente e o receptor conforma-se com este tipo de relações. Contrariamente à violência agressão, aqui ambos os actores têm uma baixa auto-estima. Na gestão da violência, os outros, sejam eles familiares, técnicos ou amigos, podem assumir um papel retransmissor, evitando através da triangulação a amplificação da perturbação gerada entre os parceiros (Perrone & Nannini, 1997, *cit. in* Correia, 2008). Apesar de atenuar a tensão, esta triangulação não ajuda o sistema conjugal a aprender a conter a violência e a reorganizar novas e satisfatórias interações. Por considerarem que a perspectiva comunicacional pode desresponsabilizar o agressor e culpabilizar a vítima, a perspectiva feminista tem dificuldade em aceitar os contributos do modelo sistémico (Hansen, 1993, *cit. in* Correia, 2008).

Nas *perspectivas sócio-culturais*, a questão central é a de saber de que forma o sistema social e as crenças sustentadas em torno da violência contribuem para a vitimação. Segundo os seus defensores, numa sociedade patriarcal a violência é justificada pelo reconhecimento do poder e autoridade dos homens sobre as mulheres e pela ideia de que o uso da força se justifica como forma de manutenção desse domínio (Sugarman & Frankel, 1996, *cit. in* Matos, 2003). Esta leitura surge conotada com o feminismo, abordagem que entende os maus-tratos como resultado do processo normativo de socialização masculina. O agressor é alguém que tenta valorizar as suas características masculinas tradicionais mas que se sente frustrado, pelo que reage mal quando sente a ameaça de perder o controlo e o domínio na sua própria casa (Margolin, 1988, *cit. in* Matos, 2003). Apesar da importância da perspectiva feminista na desocultação da violência conjugal, na sua compreensão e no desenvolvimento de algumas estratégias de intervenção, a existência de violência no seio de casais homossexuais tem sido apresentada como um argumento contra a ideia de que a violência conjugal é um problema de género. West e colaboradores (1998, *cit. in* Jasinski & Williams, 1998) revelam a existência de estudos que mostram valores elevados de violência entre casais homossexuais, pressupondo por isso, que determinados factores de risco existentes nos casais heterossexuais estejam igualmente presentes nas relações homossexuais, levando ao desencadear de relações violentas.

Numa perspectiva mais sociológica, não se pode negligenciar o papel do desemprego, do baixo nível socio-económico, do *stress* profissional e financeiro, da segregação ou isolamento social como factores que, num nível exossistémico, podem contribuir fortemente para a emergência de comportamentos violentos.

A interacção de diferentes factores e dos vários níveis sistémicos é defendida pela *perspectiva ecológica* (Heise, 1998). Reportando-nos ao primeiro nível – *factores individuais ou ontogénicos* – os três factores individuais mais comuns em histórias pessoais de agressores são: “testemunhar na infância violência conjugal”, “ser abusado na infância” e “pai ausente ou que rejeita”. No segundo nível – *microsistema ou factores situacionais* – o autor destaca quatro factores: “dominância masculina na família”, “controlo do homem sobre os bens familiares”, “conflitos conjugais” e “uso de álcool”. No terceiro nível – *exossistema* – o

“desemprego/estatuto sócio-económico baixo”, o “isolamento da mulher e da família” e a “associação a pares delinquentes” são os aspectos mais referidos em situações de violência conjugal. Finalmente, no quarto nível – *macrossistema* – as representações sociais surgem como um factor fundamental (“noção de masculinidade associada à dominância, à tenacidade e à honra”, “papéis de género rígidos”, “mulher como posse do homem”, “aceitação do castigo físico sobre a mulher” e “culturas que desculpabilizam a violência como meio de resolução de disputas interpessoais”).

1.3 Maus-tratos e vitimação indirecta em crianças e jovens

Os maus-tratos infantis têm vindo a ser reconhecidos como um dos maiores problemas sociais da actualidade. Trata-se de uma realidade humana complexa, onde interagem vários factores. A real dimensão do problema continua a ser uma questão em aberto que exige uma abordagem interdisciplinar e sistémica, uma vez que esta em causa a saúde física e psicológica das crianças, comprometendo a sua qualidade de vida e bem-estar.

Apesar do reconhecimento da inexistência de uma definição universalmente aceite sobre maus-tratos infantis, Martinez, Roig e De Paul (1993, *cit in* Azevedo & Maia, 2006) apresentam uma definição relativamente operacionalizada dos mesmos, considerando que são todas “as lesões físicas ou psicológicas não acidentais, ocasionadas pelos responsáveis do desenvolvimento [e] que são consequência de acções físicas, emocionais ou sexuais, de [acções ou omissões] que ameaçam o desenvolvimento físico, psicológico e emocional considerado como normal para a criança” (p.24).

Existem diferentes tipos de maus-tratos que, podem ocorrer em simultâneo numa mesma criança, tornando-se difícil estabelecer fronteiras entre os mesmos. Contudo e, apesar de sabermos que raramente estamos na presença de apenas um tipo, é necessário, para uma melhor compreensão do problema, estabelecer uma tipologia. De acordo com Barudy (1998, *cit. in* Azevedo et al., 2006) existem dois tipos de maus-tratos: activos e passivos. O primeiro diz respeito aos comportamentos e discursos que implicam o uso da força (englobando o abuso físico, sexual e psicológico). Por maus-tratos passivos entende-se qualquer omissão ou insuficiência de cuidados que prejudicam o bem-estar da criança. A negligência e o abandono inserem-se nesta categoria.

No âmbito da problemática que tem vindo a ser discutida, importa perceber a relação existente entre o testemunhar violência conjugal entre os pais e os maus-tratos psicológicos exercidos pelas figuras parentais. De uma forma geral, podemos afirmar que os maus-tratos psicológicos caracterizam-se pela exposição repetida de uma criança a um conjunto de acções de violência verbal. De acordo com Peled e Davis (1995, *cit. in* Sani, 2006) os maus-tratos psicológicos podem assumir três formas:

- a) Aterrorizar a criança, quando o adulto a agride verbalmente, criando um clima de medo;
- b) Forçar a criança a viver em ambientes perigosos;

- c) Expor a criança a modelos negativos e limitados, porque encoraja a rigidez e a autodestruição, e a comportamentos violentos.

Perante isso, podemos afirmar que os maus-tratos psicológicos podem incluir a violência interparental que é testemunhada pelas crianças, A criança testemunha acaba por ser objecto de violência quando assiste aos insultos entre os cônjuges, queixas e lamentações reiteradas, à desvalorização das figuras parentais e às ameaças de abandono do lar, na medida em que tais comportamentos geram sentimentos de insegurança, culpa e medo permanente (Álvaro, 1997, Burnett, 1993, *cit in Sani, 2006*). Garbarino, Guttman e Sealey (1986, *cit. in Sani, 2006*) consideram igualmente que o testemunho de violência pela criança deve ser definido como uma forma de maus-tratos psicológicos, entendidos por estes autores como um ataque concreto de um adulto ao desenvolvimento do *self* e competência social da criança. Relativamente ao desenvolvimento do self, é interessante referir que Cicchetti e Lynch (1993) constataram que as crianças maltratadas reconhecem a sua própria imagem um pouco mais tarde que as crianças não maltratadas. Assim, podemos considerar que neste contexto, onde prevalecem esquemas relacionais disruptivos, as crianças são vítimas silenciosas da dinâmica parental.

No entanto, há alguns autores que questionam esta associação. Para Edelson (2000, *cit. in Sani, 2006*) a exposição à violência conjugal não pode ser uma forma de maus-tratos infantis, porque a variabilidade da exposição da criança é muito grande podendo ir de reduzida até severa. Todavia, as consequências dessa exposição estão bem documentadas. Holden, Geffner e Joules (1998) têm vindo a afirmar que o risco das crianças que vivem em famílias violentas é extremamente preocupante, não só em termos físicos como também psicológicos. O testemunho de violência é, por si só, suficiente para desencadear em algumas crianças sintomatologia desadaptativa. As vulnerabilidades evidenciam-se a curto, médio e longo prazo e traduzem-se em reacções de externalização (dificuldades de atenção e comportamento agressivo) e de internalização (baixa auto-estima e estados depressivos) (Maxwell, 1994, Sani 2002 e 2004, *cit. in Sani, 2006*). As crianças expostas à violência parental têm mais problemas comportamentais, evidenciam um maior afecto negativo, respondem inadequadamente às situações e mostram-se mais agressivas com os pares do que as crianças de famílias não violentas (Graham-Bermann, 1998, *cit in Sani 2004*). É importante referir que, a nível do impacto, partilham muitos sinais e sintomas com as crianças que experienciam maus-tratos directos pelos pais ou outros eventos traumáticos, como divórcio, alcoolismo parental, desordem psiquiátrica grave na família ou situações de guerra e eventos perturbadores (Fantuzzo & Mohr, 1999). Na maior parte dos casos, o impacto desenvolvimental de vivência violenta assume um carácter irreversível, reflectindo-se posteriormente, na idade adulta, através da manifestação de patologias diversas, sendo, portanto, um factor de risco de psicopatologia em adulto.

Alguns estudos longitudinais, como de o Fergusson e Horwood (2001, *cit. in Sani, 2006*) referem outros problemas a longo prazo, como por exemplo, abuso de substâncias, ofensas criminais e problemas de saúde

mental. Num estudo destes mesmos autores, em 1998 (*in op. cit.*), concluiu-se que as consequências da exposição à violência interpaparental variam com as características do perpetrador: a exposição à violência iniciada pelo pai está associada a elevado risco de ansiedade, de desordem de conduta e crime contra a propriedade; por sua vez, a exposição iniciada pela mãe surge, mais tarde, ligada a grande risco de abuso ou de dependência de álcool. O contexto em que o conflito ocorre, as percepções e interpretações da criança, a capacidade para lidar com o *stress*, a natureza e extensão do conflito, a idade da criança e o género são alguns dos factores que podem mediar os efeitos da exposição à violência interpaparental (Azevedo & Maia, 2006). Para concluir, é necessário salientar que a exposição à violência interpaparental e os maus-tratos físicos aumentam o risco, na idade adulta, de perpetração de abuso infantil, de violência sobre o companheiro e vitimação do próprio (Heyman & Slep, 2002). A isso chama-se ciclo intergeracional de violência (Grych, 1998).

2 Representações sociais

2.1 Conceito

A teoria das representações sociais fornece, de uma forma geral, uma proposta de compreensão da construção do pensamento social nas sociedades contemporâneas, procurando determinar o porque é que determinadas representações são construídas pelas pessoas e como é que elas intervêm na rede social (Moscovici, 1984).

A psicologia clássica concebe os fenómenos de representação como processos de mediação entre o conceito e a percepção. As representações são consideradas, nesta perspectiva, como reflexo do mundo exterior, sendo equivalentes à reprodução mental do mundo e dos acontecimentos como mero resultado/produto dos processos psicológicos. Mas para Moscovici (1984), a representação não pode ser apenas encarada como mera mediação entre o estímulo e a resposta. Para este autor, representação não significa “reprodução”, mas antes “construção”. Por outras palavras, significa reconstruir, alterar e tornar familiar o que se encontra a uma certa distância de nós ou que está de alguma forma ausente. A representação desse objecto é então o resultado das nossas próprias escolhas, experiências e valores. Deste modo, como refere Santos (2000) significa refazê-lo à nossa maneira e de acordo com o nosso contexto de vivências.

É a partir destes pressupostos que Moscovici (1984) desenvolve o conceito de representação social. Mas o que é uma representação é social? De acordo com o autor, as representações sociais são uma modalidade de conhecimento compartilhado que apresenta como função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. São estruturas cognitivas, emocionais e afectivas que se articulam num intercâmbio entre as subjectividades pessoais e o colectivo, culminando na produção e reprodução das representações sociais (Porto, 2006). Podem ainda ser definidas como o conteúdo de pensamento quotidiano e do conjunto de

ideias que dá coerência às crenças religiosas, pessoais, sociais e culturais. Por seu intermédio, é possível categorizar pessoas, objectos, comparar e explicar comportamentos e objectivá-los como parte do nosso contexto social (Moscovici, 1978, *cit. in* Junqueira, 2003).

Para Jodelet (1984, *cit. in* Junqueira, 2003) o conceito de representação social é uma forma específica de conhecimento do senso comum, que está orientada para a comunicação e entendimento do contexto social e material. Por sua vez, para Abric (1987), ao mesmo tempo, o produto e o processo de uma actividade mental, mediante a qual uma pessoa ou um grupo reconstrói a realidade, com a qual se confronta e à qual atribui um significado específico.

A representação social redimensiona a realidade, propiciando a interligação das características objectivas do objecto, com as experiências anteriores do sujeito e com os sistemas de atitudes e de normas. É a pontencialidade de transformação das representações sociais que as diferencia significativamente das representações colectivas descritas pelo sociólogo Durkheim. A noção Durkheimiana de representação colectiva descreve uma diversidade de formas intelectuais (as ciências, as religiões e os mitos) que são invariáveis e estáticas, ao contrário do que é defendido por Moscovici. Assim, em 1961, na sua obra *La Psychanalyse, Son Image et Son Public*, Moscovici reformula o conceito de Durkheim, explicitando que os indivíduos e os grupos possuem uma grande mobilidade, o que lhes permite o desenvolvimento de sistemas heterogéneos de pensamentos (Moscovici, 1984).

Segundo Moscovici (1978, *cit. in* Porto, 2006) existem dois processos geradores da representação social: a ancoragem e a objectivação. O termo objectivar refere-se à função de representar um sentido por uma figura, de dar materialidade a um objecto abstracto. Por outro lado, o termo ancorar é inerente à função de representar uma figura por um sentido, oferecendo um contexto inteligível ao objecto. Por outras palavras, a objectivação permite tornar concreto o que é abstracto, modificando o conceito em uma imagem. A ancoragem resulta da integração cognitiva das ideias, das pessoas e dos factos num complexo social já existente e reporta-se às mudanças que se vão sucedendo no dia-a-dia. Segundo Ribeiro (2000, *cit. in* Junqueira, 2003) a ancoragem possibilita incorporar aquilo que é diferente, o não familiar, por meio da construção de uma rede de significações em volta do objecto, de modo a vinculá-las a valores e práticas sociais. Tal como salienta Jodelet (*cit. in* Santos, 2000) a ancoragem permite o funcionamento de uma representação social, enquanto sistema de interpretação de si e dos outros e um sistema de classificação, de tipologia das pessoas e dos acontecimentos.

Para Abric (1984), as representações sociais possuem quatro principais funções, determinantes na dinâmica das relações sociais e práticas:

1. Função de saber (que permite apreender, entender e explicar factos reais);
2. Função identitária (que define a identidade dos grupos);
3. Função de orientação (que orienta as atitudes e comportamentos);

4. Função justificativa (que possibilita aos indivíduos justificar, *a posteriori*, as tomadas de posição e as atitudes assumidas no quotidiano e no relacionamento social).

De acordo com Moscovici (1987, *cit. in* Vala, 1986) há um conjunto de factores que podem afectar a forma como emerge cada representação social. No seu estudo sobre a psicanálise, descreve os seguintes factores: a) a dispersão de informação (as informações que circulam na vida quotidiana são dispersas, ambíguas e não circula o mesmo tipo de informação pelos diferentes grupos sociais); b) a focalização (os indivíduos irão focalizar-se em determinadas áreas de interesse, sendo esta focalização influenciada pelas próprias referências ideológicas, pelos recursos educativos e pelos interesses); c) a pressão para a inferência (significando que qualquer tomada de posição deve ser efectuada segundo objectivos individuais e grupais, o que exige recursos aos grupos sociais. Esses recursos são “as representações de que o fenómeno em causa necessita e que reflectem o posicionamento social dos indivíduos na sua relação com um grupo e de um grupo na sua relação com os outros” (Vala, 1993, *cit in* Santos, 2000, p.51). A especificidade da situação de cada grupo social contribui para a construção de diferentes representações sobre o mesmo objecto e essa especificidade contribui, por sua vez, para a diferenciação dos grupos sociais.

É de salientar que o conceito de representações sociais considera em simultâneo, os conteúdos e os processos, interessando-se em saber o que as pessoas pensam sobre determinado objecto social e a forma como pensam esses objectos, em determinados contextos sociais de referência. De acordo com Moscovici (1984) as representações sociais deverão ser entendidas como fenómeno e conceito, dentro de um quadro de partilha colectiva, socialmente regulada e com uma funcionalidade comunicacional e comportamental. Elas oferecem modos de comunicação e de acção relativamente a objectos que constituem interrogações para um grupo.

2.2 Representações sociais em torno da violência conjugal

Tendo em conta os pressupostos definidos anteriormente, podemos referir que as representações sociais são o conjunto de explicações e ideias que permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objecto. Essas representações são resultantes da interacção social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos. Direccionando estes pressupostos para a problemática que tem vindo a ser abordada, é importante reflectirmos sobre os significados, os valores e as crenças que estruturam e sustentam a violência conjugal.

A experiência de exposição à violência na família pode estar na base da construção de representações distorcidas, podendo ser sustentadas por argumentos familiares e socioculturais. Os mitos são tidos como verdades, ignorando as evidências contextuais que fazem com que as vítimas se mantenham nas relações. Enquanto elas são responsabilizadas pelo seu carácter e pelo seu comportamento, a pessoa responsável pelos actos violentos é desresponsabilizada através da referência a constrangimentos ou

explicações ambientais tais como o *stress* económico ou o consumo de álcool.

No que concerne à legitimação da violência, os estudos (Mercer, 1988; O'Keefe, 1997, *cit in* Caridade & Machado, 2006), de um modo geral, demonstram que os adolescentes, quer do sexo feminino quer do sexo masculino, evidenciam uma baixa concordância com o uso da violência. Outros estudos (Price et al, 1999), porém, evidenciam que, ainda que em minoria, um número significativo de jovens concorda com o uso de algum tipo de violência nas relações de namoro. Esta concordância com a legitimação da violência parece ser mais elevada entre os rapazes (Machado, Matos & Moreira, 2003; Matos & Silva, 2001), justificando-a em função dos comportamentos das mulheres, da importância de preservar a privacidade familiar, da atribuição da violência a causas externas e fora do controlo do agressor (álcool ou pobreza) e da minimização da pequena violência” no contexto das relações íntimas. Uma outra investigação (Felm, 1994, *cit. in* Caridade & Machado, 2006) concluiu que os rapazes se auto-percebem como possuindo três vezes mais poder que as companheiras, agindo de acordo com os modelos dominantes na cultura. Evidenciam uma postura de poder e controle, esperando encontrar nas suas relações a perpetuação destes papéis de género tradicionais. O estudo efectuado por Gagne e Lavoie (1993, *cit. in* Machado, Matos & Moreira, 2003), evidenciou que as mulheres têm tendência para achar que é a intimidação que os seus parceiros querem obter quando recorrem à violência, enquanto os rapazes interpretam as suas agressões como o resultado das “provocações” feministas. Assim, os dados sobre as representações da população juvenil sobre a violência conjugal parecem corroborar o que tem vindo a ser encontrado na população adulta. A par de uma atitude geral de reprovação da violência, surgem representações específicas que diminuem essa reprovação e legitimam as condutas abusivas.

Estudos recentes sobre a violência nas relações amorosas permitiram verificar que as próprias vítimas tendem a apropriar-se destes estereótipos culturais, minimizando mais os actos de pequena violência do que as não vítimas. Esta desvalorização é influenciada por uma ideia de normalidade de tais agressões, bem como pela noção de que estas são actos isolados (Nabi & Horner, 2001).

De acordo com o estudo de Carlson e Worden (2005), que pretendia perceber as atitudes e crenças associadas à violência doméstica, conclui-se o seguinte: actos de violência, como empurrar, bater ou violar, são vistos de forma consensual como violência doméstica; porém, esta percepção diminui quando o agressor é mulher; quando o agressor é um homem há mais probabilidade de os sujeitos considerarem que há uma acção legalmente punível. É importante referir que não foi encontrada nenhuma relação significativa entre o estatuto socio-económico dos sujeitos e as respostas dadas. Ainda neste estudo, foi possível obter dados quanto às causas da violência doméstica. As mais comuns foram: stress profissional (37%), abuso de substâncias (30%), raiva e perda de controlo (28%), problemas na relação (20%), exposição a violência familiar na infância (17%), adultério e ciúme (15%) e problemas mentais do agressor (14%). Analisando estes resultados, concluímos que as principais causas identificadas correspondem

ao estereótipo de agressor predominante na sociedade. É importante salientar que apenas 2% dos sujeitos da amostra mencionaram “factores relacionados com a mulher” como causa da violência na intimidade. As mulheres atribuíram a violência a características e história pessoal do agressor com maior predominância do que os homens. Por sua vez, os homens referiram, mais do que as mulheres, problemas na relação, como causa da violência. De uma forma geral, os sujeitos reportaram-se mais a problemas individuais como causa da violência conjugal, não associando o fenómeno a factores sociais ou culturais.

Machado, Martins, Santos, Dias, Antunes e Rato (2005) realizaram um estudo com uma amostra de militares da GNR e agentes da PSP (85 sujeitos, sendo 79 do género masculino e 6 do género feminino). Os resultados apontam no sentido de uma discordância moderada quanto ao conjunto de mitos legitimadores da violência conjugal, ainda que alguns recebem considerável acordo por parte do corpo policial: atribuição externa da culpa; preocupação com a privacidade da família e preservação do laço conjugal. Os agentes mais velhos evidenciaram níveis superiores de legitimação da violência conjugal, especialmente no que concerne aos mitos em torno da privacidade familiar.

Num outro estudo, de Sgarzi (1991, *cit. in* Sousela, 2006) foram utilizados instrumentos validados para medir as atitudes face à violência doméstica, sendo a amostra composta por dois grupos de sujeitos: polícias com carreira profissional longa e curta. As únicas diferenças estatisticamente significativas, encontradas no estudo, estão relacionadas com o género dos participantes. As polícias do sexo feminino revelam menos estereótipos de género, indo de encontro aos dados obtidos em outras investigações.

Stalans e Finn (2006) utilizaram igualmente uma amostra de agentes de segurança, com o intuito de analisar as crenças em torno da violência doméstica. A amostra contemplava 131 polícias com experiência, 127 polícias com pouca experiência e 157 adultos que se inscreveram aleatoriamente. Foi pedido aos sujeitos que analisassem um caso sobre violência doméstica e solucionassem o problema. Os autores concluíram que os polícias mais experientes equacionavam prender mais facilmente o agressor do que a população em geral e do que os polícias mais novos. Além disso, consideraram que as representações que têm acerca das mulheres vítimas interferiam na sua decisão de prisão, pois têm em consideração o facto de as mulheres agirem em auto-defesa.

Para finalizar, importa igualmente referir o estudo realizado por Correia (2008), com uma amostra de estudantes e profissionais de direito (magistrados, auditores de justiça e advogados). De uma forma geral, a autora concluiu não existirem representações legitimadoras da violência conjugal nestes dois grupos profissionais. Porém, encontraram-se diferenças entre os estudantes e os profissionais, surgindo a idade e o género como variáveis moderadoras importantes: as mulheres e os sujeitos numa faixa etária intermédia são os menos legitimadores. Relativamente às causas da violência conjugal, as mais apontadas remetem para a figura do agressor ou causas externas e de natureza social. Por outro lado, as menos assinaladas dirigem-se para a vítima e para causas externas (Correia, 2008).

Em síntese, e tendo em conta os resultados apresentados nos diversos estudos nacionais e internacionais, podemos concluir que qualquer pessoa, incluindo os profissionais que lidam com vítimas de violência conjugal, constrói e assimila um conjunto de representações acerca dos diversos fenómenos sociais. Por conseguinte, avaliar as representações sustentadas em torno da violência conjugal permite-nos compreender melhor este fenómeno social.

II – Objectivos

Como referimos anteriormente, diferentes representações da violência conjugal podem interferir na conduta daqueles que estão directamente envolvidos nas dinâmicas abusivas, bem como na postura dos profissionais chamados a intervir.

Facilmente se compreende, então, a importância de analisar as representações que os profissionais da CPCJ constroem acerca da violência conjugal, uma vez que elas poderão interferir na sua conduta profissional e na tomada de decisões. Assim, o nosso estudo tem como objectivo geral avaliar as representações e o modo como os profissionais da CPCJ legitimam, mais ou menos, a violência na relação conjugal. Visa, ainda, conhecer as atribuições que os profissionais da CPCJ fazem acerca dos factores de aparecimento, manutenção e resolução da violência conjugal e saber em que medida as variáveis sócio-demográficas influenciam tais representações.

Paralelamente a este objectivo, pretendemos ainda contribuir para o desenvolvimento de material de avaliação das representações em torno da violência conjugal.

III – Metodologia

3. Amostra

A amostra, constituída por um total de 91 sujeitos, foi recolhida entre Fevereiro e Abril de 2008, segundo o processo de amostragem por conveniência.

Pessoalmente ou por carta enviada às várias Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, foi solicitada a participação de todos os profissionais (Anexo 1). Dos questionários recolhidos resultou uma amostra de 82 profissionais da Comissão Restrita (90,1%) e 9 da Comissão Alargada (9,9%)², composta maioritariamente por mulheres (n=69; 75,8%) (Tabela 1).

² A CPCJ tem duas modalidades de funcionamento: modalidade restrita, onde ocorre a intervenção em situações em que o menor está efectivamente numa situação de perigo, aplicando-se medidas de promoção e protecção; modalidade alargada, onde se assegura um trabalho de promoção de direitos e de prevenção das situações de perigo.

Tabela1. Distribuição dos sujeitos por sexo

	n	% válida	% acumulada
Feminino	69	75,8	75,8
Masculino	22	24,2	100,0
Total	91	100,0	

De acordo com os grupos profissionais, verifica-se que os sujeitos se distribuem, fundamentalmente, por 3 grupos; 25,6% (n=22) assistentes sociais, 22,1% (n=19) professores e 19,8% (n=17) psicólogos (Anexo 2).

A idade dos sujeitos varia entre os 23 e os 59 anos, situando-se a média nos 38 anos (DP=9,929). Os sujeitos encontram-se distribuídos de forma quase equitativa pelas classes etárias: “até 33 anos” (36,3%, n= 33), “34-44 anos” (31,9%, n= 29) e “45-55 anos” (23,1%, n= 21) (Anexo 2).

Relativamente ao estado civil, 57 sujeitos são casados ou vivem em união de facto (62,6%), 26 são solteiros (28,6%), 5 estão separados ou divorciados (5,5%) e 3 mulheres (3,3%) são viúvas (Tabela 2).

Tabela 2. Estado civil dos participantes

	n	% válida	% acumulada
Solteiro	26	28,6	28,6
Casado/União de facto	57	62,6	91,2
Divorciado/Separado	5	5,5	96,7
Viúvo	3	3,3	100,0
Total	91	100,0	

No que concerne às habilitações académicas, 79 sujeitos têm a Licenciatura (86,8%), 7 têm o 12.º ano (7,7%), 3 possuem o grau de mestre (3,3%) e, por fim, 2 têm o bacharelato (2,2%) (Tabela 3).

Em termos profissionais, e de acordo com a Classificação Nacional de Profissões, 77 sujeitos (89,5%) pertencem ao “Grupo 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”.

Tabela 3. Habilitações académicas dos participantes

	n	% válida	% acumulada
12.º ano	7	7,7	7,7
Bacharelato	2	2,2	9,9
Licenciatura	79	86,8	96,7
Mestrado	3	3,3	100,0
Total	91	100,0	

Quanto ao tempo de exercício da profissão, verifica-se que varia entre o mínimo de 1 ano e o máximo de 37 anos (M=12 anos; DP=9,83). Atendendo à tabela 4, apuramos que 35,2 % (n=32) da amostra tem um tempo de exercício superior a 19 anos. A média de anos de profissão para o género feminino é de 12 anos (DP=9,7) e para o género masculino é de 14 anos (DP=10,4).

Tabela 4. Tempo de exercício profissional dos participantes

	n	% válida	% acumulada
Até 1 ano	5	5,5	5,5
2-4 anos	15	16,5	22,0
5-7 anos	13	14,3	36,3
8-12 anos	16	17,6	53,8
13-19 anos	10	11,0	64,8
Mais 19 anos	32	35,2	100,0
Total	91	100,0	

A opção “tempo de exercício de funções na CPCJ” revelou uma média de 3 anos (DP=2,17), com um mínimo de 1 ano e um máximo de 15 anos (Tabela 5). O grupo feminino tem, em média 2 anos (DP=1,01) de trabalho na CPCJ e o grupo masculino tem uma média de 3 anos (DP=1,01).

Tabela 5. Tempo de exercício de funções na CPCJ

	n	% válida	% acumulada
Até 1 ano	27	29,7	29,7
2-3 anos	32	35,2	64,8
4-5 anos	18	19,8	84,6
Mais 5 anos	14	15,4	100,0
Total	91	100,0	

Relativamente às Entidade que representam, um maior de participantes são técnicos cooptados (22%), seguidos dos profissionais do Município e da Educação com 16,5% da amostra total (Tabela 6).

Tabela 6. Distribuição dos participantes por Entidade de pertença/referência

	n	% válida	% acumulada
Saúde	5	5,5	5,5
Município	15	16,5	22,0
IPSS	9	9,9	31,9
Educação	15	16,5	48,4
Segurança Social	9	9,9	58,2
Forças segurança	4	4,4	62,6
Assembleia	7	7,7	70,3
Cooptado	20	22,0	92,3
Outras	7	7,7	100,0
Total	91	100,0	

Os participantes foram ainda questionados quanto ao contacto que têm ou tiveram com casos de violência conjugal, no âmbito profissional. Dos 88 sujeitos que responderam, 40 (45,5%) afirmam nunca terem contactado com casos de violência conjugal e 48 (54,5%) referem já ter trabalhado, de forma directa ou indirecta, com esta problemática. No grupo feminino, verificamos que (56,5%) dos sujeitos já tiveram contacto com esta realidade.

Entre os homens, 13 (59,1%) sujeitos nunca tiveram contacto com casos de violência conjugal, ao contrário de 9 (40,9%) sujeitos que referem ter tido contacto com esta problemática.

Em relação aos profissionais que já tiveram algum tipo de contacto com casos de violência conjugal, concluímos que o tipo de trabalho exercido se prende sobretudo com a “avaliação e/ou elaboração de relatórios” (21,6%, n=8), seguido da “terapia com filhos” (18,9%, n= 7).

No que diz respeito a “formação sobre a temática da violência em geral”, dos 91 respondentes, 67 (74,4%) afirmaram que nunca tiveram formação e 23 responderam que “sim” (25,6%) Relativamente à temática da violência conjugal, os dados também não diferem, ou seja, 75 respondentes (83,3%) nunca tiveram formação na área da violência conjugal e 15 (16,7%) sujeitos responderam que “sim”.

Dos sujeitos que afirmaram ter formação sobre violência, a maioria 38,1%, (n= 8) adquiriu-a no âmbito da sua actividade profissional, seguindo-se 23,8% (n= 5) da amostra que a obteve em congressos e similares. Relativamente aos sujeitos que declararam ter formação específica na violência conjugal, 6 (42,9%) respondentes obtiveram-na enquanto formação em exercício da profissão, 5 (35, 7%) sujeitos adquiriram a formação em congressos e similares e 2 sujeitos tiveram-na enquanto formação académica.

4. Instrumentos

O protocolo de avaliação é constituído por três questionários de auto-resposta, que pretendem avaliar a representação de diferentes profissionais face à temática da violência conjugal, e por uma ficha sócio-demográfica para caracterização da amostra (Anexo 3). Os questionários foram aplicados pela ordem pela qual são descritos.

4.1 Questionário de Violência Conjugal – Histórias

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QVC-HIS) (Alarcão & Alberto, 2007) (Anexo 4) foi elaborado para este estudo, não se encontrando validado para a população portuguesa. O estudo das suas qualidades psicométricas é portanto um dos objectivos desta investigação.

É composto por três histórias de violência conjugal. Cada história é seguida por dez afirmações, sendo pedido ao respondente que indique o seu grau de concordância com cada uma das afirmações, de acordo com uma escala *Likert* de 4 pontos.

A construção das histórias baseou-se em pressupostos teóricos, presentes na literatura, sobre as diferentes concepções relativas à dinâmica da violência no casal, às suas causas e consequências, bem como na experiência clínica das autoras. Com as diferentes histórias pretende-se identificar as representações dos sujeitos quanto à legitimação ou

banalização desta problemática.

Na sua elaboração foram considerados cinco factores teóricos, a serem ou não replicados aquando da análise factorial dos itens que compõem o questionário: a) legitimação e/ou banalização da violência conjugal; b) legitimação/justificação da violência pela conduta da vítima; c) legitimação/justificação da violência por factores externos (stress, consumo álcool...); d) desvalorização/aceitação da violência em favor da privacidade/coesão familiar; e) (im) possibilidade de atribuição da violência ao agressor em função do seu estatuto social, económico e escolaridade.

Os itens que compõem cada história são cotados de 1 a 4 (1=Concordo plenamente; 2=Concordo; 3=Discordo; 4=Discordo plenamente”) e estão todos formulados no mesmo sentido. A resposta “Discordo totalmente” está associada a um menor legitimação da violência.

Para analisar a fidelidade do instrumento foi calculado o coeficiente *alpha* de Cronbach. No estudo de Correia (2008)³, o valor alcançado mostra uma consistência interna elevada ($\alpha=0,95$). Analisando o coeficiente Kaiser-Mayer-Olkin ($KMO=.93$) e o índice de esfericidade de Bartlett ($X^2=3378,88$; $p < 0,001$), verificou-se que era adequado prosseguir com uma análise factorial. No entanto, a análise dos factores encontrados não permitiu identificar construtos teóricos suficientemente independentes e a análise do scree plot destacou apenas dois factores. Deste modo, considerou-se mais prudente apresentar os resultados do questionário para os 30 itens totais (“história total”) e para os itens de cada uma das histórias (“história 1”; “história 2” e “história 3”), abandonando, por enquanto, os factores.

Relativamente à amostra deste estudo (profissionais da CPCJ), o valor de *alpha* de Cronbach obtido ($\alpha=0,939$) evidencia novamente uma boa consistência interna. A média do total do questionário é de 105,05 (DP= 10,89). Analisando a consistência interna para as três histórias separadamente, concluímos que obtêm igualmente valores elevados. Além disso, todos os itens possuem correlações elevadas com o total do questionário, sendo que a retirada de qualquer item não influenciaria a consistência interna (Anexo 6).

Através da análise descritiva das respostas ao QVC-HIS (Tabela 7), verificamos que as mulheres apresentam valores menos legitimadores da violência. Constatamos ainda que as médias são mais baixas na “história 2”. Os resultados obtidos por Correia (2008) são ligeiramente inferiores nas três histórias e na história total, o que nos indica uma maior legitimação da violência em comparação com a amostra do presente estudo.

³ O presente estudo insere-se numa investigação mais ampla sobre as representações em torno da violência conjugal em diferentes profissionais que directa ou indirectamente lidam com este fenómeno. Os profissionais avaliados até ao momento (N=275) integram os técnicos que trabalham na CPCJ e profissionais da Justiça (Advogados; Magistrados e Auditores de Justiça) e estudantes de Direito.

Tabela 7. Análise descritiva das respostas ao QVC-HIS

		História 1 (10 itens)	História 2 (10 itens)	História 3 (10 itens)	Hist. total (30 itens)
Feminino	M	36,94	33,51	35,93	106,38
	DP	3,585	4,789	3,676	10,658
Masculino	M	35,00	31,59	34,32	100,91
	DP	3,491	4,876	3,657	10,796
Amostra Total	M	36,47	33,04	35,54	105,05
	DP	3,640	4,853	3,716	10,889
Amostra Total (Correia, 2008)	M	35,94	32,03	35,16	103,18
	DP	4,065	5,795	4,731	13,331

Para estimarmos a correlação entre o QVC-HIS e a história 1, 2 e 3 recorreremos à correlação de Pearson. Os valores obtidos sugerem uma correlação estatisticamente significativa entre as diferentes histórias e entre as histórias e o QVC-HIS total ($p < .001$) (Tabela 8). Desta forma, podemos referir que as histórias medem o mesmo constructo teórico, o que valida o questionário.

Tabela 8: índices de correlação entre QRVctotal, História 1, 2 e 3 (n=91)

	<i>qrvctotal</i>	<i>qrvchis1</i>	<i>qrvchis2</i>
<i>qrvchis1</i>	,869(**)		
	,000		
<i>qrvchis2</i>	,923(**)	,705(**)	
	,000	,000	
<i>qrvchis3</i>	,873(**)	,646(**)	,708(**)
	,000	,000	,000

** $p < .01$

4.2 Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) foi desenvolvida por Machado, Matos e Gonçalves, durante o ano de 2000 (Machado, Matos & Gonçalves, 2008). Esta escala avalia, de forma específica, a legitimação da violência conjugal. Os itens da escala são cotados de 1 a 5, através de uma escala *Likert* (1=Discordo totalmente até 5=Concordo totalmente), formulados no mesmo sentido. A pontuação total é obtida pelo somatório directo das respostas a cada um dos itens e permite medir o grau de tolerância face à violência conjugal (física e/ou emocional). Pode ainda ser calculada o valor para cada factor, somando a pontuação dos itens que o integram. O resultado obtido em cada factor avalia, consequentemente, os diferentes factores que podem contribuir para a legitimação.

A escala pode ser administrada individualmente ou em grupo, sem tempo limite. Em 2007, foi utilizada num estudo com mulheres agressoras conjugais (Sousela, Machado & Manita, *cit. in* Machado, Matos & Gonçalves, 2008) e em 2003 com estudos universitários (Machado, Matos &

Moreira, 2003). Tem sido também utilizada para caracterizar as atitudes dos profissionais de saúde (Machado & Matos, 2007, *cit. in* Machado, Matos & Gonçalves, 2008), dos magistrados (Martins & Machado, 2007 *cit. in* Machado, Matos & Gonçalves, 2008) e dos agentes policiais (Machado, Martins, Santos, Antunes & Rato, 2005) em torno da violência no contexto da conjugalidade.

Na sua versão final, a escala integra 4 grandes factores: o primeiro explica 30.5% da variância e é designado por *legitimação da violência pela conduta da mulher* (10 itens); o segundo factor, *legitimação da violência pela privacidade da família* (11 itens), explica 6.9% da variância; o terceiro factor, denominado *legitimação da violência pela externalização da culpa* (10 itens), explica 5,6% da variância; o último factor (4.º), *legitimação da violência pela sua normalidade* (4 itens), explica 5,1% da variância (Machado, Matos & Gonçalves, 2008).

A ECVC mostrou uma correlação significativa com outras escalas que avaliam o grau de aceitação/tolerância para com outras formas de violência, entre as quais se destacam: correlação de 0,71 com a Escala de Crenças sobre a Punição Física (ECPF); correlação de 0,77 com a Escala de Crenças sobre a Violação (ECV) e uma correlação de 0,72 com a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) (Machado, Matos & Gonçalves, 2008).

Em 2004, a ECVC foi administrada a uma amostra representativa das famílias da região Norte, constituída por 2391 sujeitos entre os 20 e 67 anos, 1057 do sexo masculino e 1334 do sexo feminino. As habilitações dos sujeitos distribuíam-se de forma relativamente homogénea, entre os diferentes grupos considerados. Neste estudo, a estrutura factorial anteriormente identificada foi novamente replicada. Contudo, a ordem dos factores sofreu algumas alterações: *legitimação e banalização da pequena violência* (16 itens), explica 40,2% da variância, *legitimação da violência pela conduta da mulher* (10 itens), explica 7,1% da variância; *legitimação da violência pela atribuição a causas externas* (8i itens) explica 4,4% da variância e *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* (6 itens), explica 4,2% da variância (Machado, Matos & Gonçalves, 2006).

Relativamente às qualidades psicométricas da ECVC, verificamos, no estudo de Machado, Matos e Gonçalves (2008) um *alpha* de Cronbach elevado ($\alpha=0,93$), o que nos indica que estamos perante uma escala com elevado grau de consistência interna. No estudo de Correia (2008) encontramos igualmente um *alpha* de Cronbach elevado ($\alpha=0,93$), com um valor de média de 38, 21 (DP=12.01). Os valores KMO=.911 e o índice de esfericidade de Bartlett ($X^2=2393,38$; $p < 0,001$) indicam-nos a possibilidade de efectuar uma análise factorial. Porém, ao analisar o *scree plot*, verificamos que apenas dois factores se destacam. Por conseguinte, optou-se por não realizar a análise factorial da escala.

No nosso estudo, analisámos as qualidades psicométricas da ECVC, recorrendo ao coeficiente *alpha* de Cronbach, mostrando uma elevada consistência interna ($\alpha=0,91$), sendo a média de respostas aos itens da escala de 37, 48 (DP=8,77).

Relativamente à correlação dos itens com o total da escala,

observamos que, à exceção do item 6 (0,17), todos apresentam uma correlação acima de 0,30. A retirada de qualquer um dos itens não influenciaria a consistência interna da escala (Anexo 7).

A análise descritiva das respostas dos sujeitos nas duas subamostras, aos 30 itens da ECVC permite-nos concluir que as mulheres possuem uma média mais baixa, sugerindo uma menor legitimação da violência conjugal. As médias alcançadas são inferiores às médias obtidas no estudo de Machado, Matos e Gonçalves (200) e de Correia (2008). Perante estes resultados podemos referir que os sujeitos da nossa amostra legitimam menos a violência nas relações conjugais (Tabela 9).

Tabela 9. Análise descritiva das respostas à ECVC

		Feminino	Masculino	Amostra Total	Amostra total (Machado, Matos & Gonçalves, 2000)	Amostra total (Correia, 2008)
ECVC	M	36,22	41,62	37,48	52, 72	38,21
(30 itens)	DP	8,060	9,882	8,767	15,5	12,005

Com o objectivo de estimarmos a correlação entre o QVC-HIS e a ECVC, recorremos à correlação de Pearson. Os valores obtidos sugerem uma correlação estatisticamente significativa entre os dois instrumentos ($r_{(91)} = -.672$; $p < .001$), o que nos leva a concluir que ambos medem o mesmo constructo, validando, desta forma, os questionários (Anexo 8). É importante referir que os valores negativos presentes nas correlações se devem ao facto de as escalas de *Likert* no QVC-HIS e na ECVC se encontrarem invertidas.

4.3 Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC – CMR)

O Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão & Alberto, 2007) (ver Anexo 5) foi também criado para este estudo. É constituído por três conjuntos de afirmações relativos a factores que contribuem para o aparecimento da violência, para a sua manutenção e para a sua resolução. Para cada conjunto de factores, os respondentes têm que identificar as 5 afirmações com as quais estão mais de acordo.

As afirmações presentes em cada um dos conjuntos de factores podem ser agrupadas em três tipos: afirmações relacionados com o agressor; com a vítima e com o exterior (filhos, família e sociedade em geral).

5. Procedimentos estatísticos

Para avaliar o tipo de distribuição dos índices obtidos no QVC-HIS e na ECVC, recorremos aos testes de Kolmogorov-Sminorv (K-S) e de Shapiro-Wilk (S-W). Uma vez que o número de sujeitos da amostra do

género feminino é superior a 50, os resultados são avaliados de acordo com os valores do K-S; por sua vez, a normalidade da distribuição da sub-amostra masculina, será avaliada através do teste de Shapiro (S-W), dado possuir um $n < 50$.

Através da análise dos resultados, verificamos que os valores se aproximam de uma distribuição normal no grupo feminino para os itens da “história 2” (K-S₍₆₆₎ = 0,09; p=0,20), para a totalidade dos itens “história total” (K-S₍₆₆₎ = 0,10; p=0,17) e para a ECVC (K-S₍₆₆₎ = 0,09; p=0,20) (ver Anexo 4 e 5).

No grupo masculino, observamos uma distribuição normal para todos os itens que compõem o QVC-HIS, “história 1” (S-W₍₁₉₎ = 0,93; p=0,18) “história 2” (S-W₍₁₉₎ = 0,97; p=0,84), “história 3” (S-W₍₁₉₎ = 0,95; p=0,43) e história total” (S-W₍₁₉₎ = 0,96; p=0,48); e para a escala ECVC (S-W₍₁₉₎ = 0,97; p=0,75) (Anexo 4 e 5).

Os pressupostos da normalidade da distribuição foram violados na sub-amostra do grupo feminino para os itens da “história 1” (K-S₍₆₆₎ = 0,19; p=0,00) e da “história 3” (K-S₍₆₆₎ = 0,16; p=0,00), visto os níveis de significância serem inferiores a .05 (Anexo 4).

Ao analisar o coeficiente de simetria (*skewness*) e o coeficiente de achatamento (*kurtosis*) para este grupo, relativamente aos itens da “história 1” e da “história 3”, reforçamos, de um modo geral, a ideia de não simetria da distribuição dos dados para a “história 1”, dado que os valores não se encontram no intervalo [-2;2]. Em relação aos itens da “história 3” podemos considerar aceitáveis os valores obtidos, sugerindo a normalidade da distribuição.

No que concerne ao pressuposto da homogeneidade das variâncias, cuja avaliação foi realizada através do Teste de Levene, verificamos que o mesmo não é violado em nenhuma das histórias, nem nos itens que integram a “história total” (Tabela 10).

Tabela 10. Teste da homogeneidade da variância para o QVC – HIS

	F	Sig.
História 1	1,01	,317
História 2	,001	,979
História 3	,006	,939
História total	,176	,676

Para a ECVC total foi realizado o mesmo procedimento, utilizando igualmente o Teste de Levene. O resultado obtido indica-nos que o pressuposto da homogeneidade das variâncias não é violado (Tabela 11).

Tabela 11. Teste da homogeneidade da variância para a ECVC total

	F	Sig.
ECVC total	,447	,505

Por conseguinte, para a análise dos resultados da investigação, recorreremos ao estudo descritivo dos dados recolhidos e a testes paramétricos, uma vez que se verificam o cumprimento dos pressupostos de

normalidade da distribuição e da homogeneidade das variâncias. Importa salientar que apesar de no grupo feminino, nos itens que compõem a “história 1”, a normalidade da distribuição ser violada, optámos por proceder igualmente a uma análise com testes paramétricos, devido ao n elevado desta sub-amostra ($n=66$). Além disso, de acordo com Maroco (2007) quando não se verifica normalidade das distribuições, mas as variâncias são homogéneas, deve-se optar pela análise paramétrica. Efectivamente, o teste de Levene para a “história 1” cumpre os pressupostos de homogeneidade.

Todas as análises estatísticas foram efectuadas através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 15.0 para Windows. No nosso estudo, definimos como nível de significância $p < .05$.

IV – Resultados

De seguida, apresentamos os resultados obtidos, começando por identificar as respostas dos sujeitos da amostra no QVC-HIS e na ECVC. Posteriormente, iremos analisar a influência das variáveis sócio-demográficas nas respostas dos profissionais da CPCJ. Por último, averiguamos as causas, factores de manutenção e de resolução da violência apontadas pelos sujeitos.

6. Representações em torno da violência conjugal

Relativamente às respostas dadas no QVC-HIS e no ECVC, verificamos diferenças estatisticamente significativas na “história 1” e na história total do QVC-HIS e na ECVC, em função do género. De acordo com os resultados obtidos, o género feminino é menos legitimador. Para a “história 2” e “história 3” tal diferença não foi encontrada (Tabela 12). Nas Tabelas 7 e na Tabela 9 podemos observar as médias das duas sub-amostras.

Tabela 12. Representações da VC (QVC-HIS e ECVC)

	t	Sig.
História 1	2,226	,029
História 2	1,627	,107
História 3	1,791	,077
História total	2,089	,040
ECVC total	-2,547	,013

Para a análise exploratória da influência das variáveis sócio-demográficas, nas respostas dos sujeitos ao QVC-HIS e à ECVC, optámos pelos testes paramétricos, conforme descrito anteriormente.

Através da análise dos resultados alcançados concluímos que existem diferenças significativas na história 1 do QVC-HIS, nas seguintes variáveis: “grupos etários”; “grupos profissionais”; “tempo de exercício na CPCJ” (Tabela 13). Em relação à variável “grupos profissionais”, verificamos que os mais legitimadores da violência conjugal são os

professores, seguidos dos agentes de segurança. Por sua vez, os médicos, pedagogos e educadores sociais parecem possuir uma posição mais crítica quanto a esta problemática. Os sujeitos numa faixa etária dos 45-55 anos possuem representações menos legitimadoras, seguidos dos profissionais com idade inferior aos 33 anos. Como mais legitimadores surgem os sujeitos com mais de 55 anos.

Relativamente ao cruzamento da variável “grupos etários”/”classe de tempo na CPCJ”, de uma forma geral, constatamos que os profissionais com tempo de exercício na CPCJ até 5 anos legitimam ou banalizam menos a violência conjugal, à excepção dos sujeitos com mais de 55 anos. O grupo etário menos legitimador diz respeito aos sujeitos com idades compreendidas entre os 45 e 55 anos, com 4 a 5 anos de tempo de exercício na CPCJ. A partir dos 5 anos de funções na CPCJ, a violência conjugal parece ser mais legitimada, com excepção dos profissionais mais novos.

No que diz respeito ao cruzamento da variável “tempo de CPCJ”/”grupos profissionais”, observamos que a partir dos 3 anos de tempo de CPCJ, o grupo profissional que legitima menos a violência nas relações conjugais são os agentes de segurança. Este resultado leva-nos a hipotetizar que o contacto com as situações de maus-tratos torna estes profissionais mais críticos em relação a esta problemática. O grupo dos professores é o que legitima mais, à excepção do 1.º ano de trabalho na CPCJ, em que surgem os juristas/advogados como o grupo que mais banaliza a violência. Porém, com o decorrer dos anos, verificamos uma menor legitimação destes profissionais. A partir dos 5 anos de funções na Comissão, voltam a ter valores mais baixos nos questionários, sugerindo uma maior banalização da violência conjugal.

Para concluir, podemos referir que quanto maior o número de anos de trabalho na CPCJ maior a legitimação dos profissionais em relação à violência conjugal, à excepção dos agentes de segurança.

Tabela 13. Análise das variáveis sócio-demográficas na história 1

	Soma dos Quadrados	df	Quadrado da média	F	Sig.
gruposetarios	101,715	3	33,905	3,887	,016
grupoprofissional	236,819	6	39,470	4,525	,001
gruposetarios * classetempocpcj	282,481	7	40,354	4,627	,001
classetempocpcj *	283,771	11	25,797	2,958	,006
grupoprofissional					

Na análise das variáveis sócio-demográficas, encontramos ainda diferenças estatisticamente significativas nas respostas dadas ao QVC-HIS, no cruzamento das variáveis “grupo etário”/”tempo CPCJ” (Tabela 14). Até aos 55 anos, os menos legitimadores da violência conjugal são os profissionais com 1 ano e 4 a 5 anos de trabalho na CPCJ. Depois de 5 anos de serviço nesta instituição, os sujeitos parecem possuir mais representações

sociais acerca da violência. Globalmente, podemos concluir que os sujeitos com mais de 55 anos e com tempo de CPCJ de 4 a 5 anos são os mais legitimadores e menos críticos da violência conjugal. Os profissionais mais novos (até os 44 anos) parecem possuir menos representações em torno da problemática. No Anexo 9 podemos consultar as restantes análises estatísticas.

Tabela 14. Análise das variáveis sócio-demográficas no QVC-HIS total.

	Soma dos Quadrados	df	Quadrado da média	F	Sig.
gruposetarios * classetempocpj	1563,885	7	223,412	2,419	,036

7. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal

Para análise dos dados obtidos no QVC – CMR tomámos como referência os três itens com percentagem de escolha mais elevada e os três itens com percentagem mais baixa, quer para a amostra geral, quer para as sub-amostras.

No que diz respeito às **causas da violência conjugal**, a amostra global apontou como principal causa o “consumo de álcool ou drogas por parte do agressor” (86,8%, n= 79), seguida dos “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou vítima” (70,3%, n=64) e da “aceitação social da violência” (61,5%, n=56).

As causas menos assinaladas pela amostra global foram a “doença mental da vítima” (3,3%, n=3), os “problemas/dificuldades criados pelos filhos” (6,6%, n=6), a “interferência de outros familiares” (9,9%, n=9) e “baixo grau de instrução do agressor” (9,9%, n=9).

Considerando o género dos respondentes, os dois grupos apontam como causa principal o “consumo de álcool ou drogas por parte do agressor” (90,9%, n=20 e 85,5%, n=59, respectivamente homens e mulheres), seguida dos “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou vítima” (59,1%, n=13 para os homens e 73,9%, n=51 para as mulheres). Como terceira principal causa da violência conjugal, o grupo feminino aponta para a “aceitação social da violência” (63,8%, n=44) e o género masculino refere a “baixa auto-estima do agressor” (54,5%, n=12) e igualmente a “aceitação social da violência” (54,5%, n=12).

As causas menos assinaladas pelos sujeitos masculinos foram a “doença mental da vítima” (0%), os “problemas/dificuldades criados pelos filhos” (0%) e a “interferência de outros familiares” (9,1%, n=2). O género feminino assinala menos vezes a “doença mental da vítima” (4,3%, n=3), o “baixo grau de instrução do agressor” (5,8%, n=4) e, por último, os “problemas/dificuldades criados pelos filhos” (8,7%, n=6) (Tabela 15).

Tabela 15. Frequência por sub-amostra e amostra total: causas da VC

Causas	Total	Feminino	Masculino
Álcool e drogas	79 86,8%	59 85,5%	20 90,9%
Doença mental do agressor	30 33%	22 31,9%	8 36,4%
Baixo grau de instrução do agressor	9 9,9%	4 5,8%	5 22,7%
Baixa auto-estima do agressor	50 54,9%	38 55,1%	12 54,5%
Doença mental da vítima	3 3,3%	3 4,3%	0 0%
Comportamento provocador da vítima	11 12,1%	7 10,1%	4 18,2%
Fragilidade emocional da vítima	34 37,4%	29 42%	5 22,7%
Interferência de outros familiares	9 9,9%	7 10,1%	2 9,1%
Problemas/dificuldades criados pelos filhos	6 6,6%	6 8,7%	0 0%
Relações extra-conjugais	33 36,3%	23 33,3%	10 45,5%
Antecedentes de violência	64 70,3%	51 73,9%	13 59,1%
Aceitação social da violência	56 61,5%	44 63,8%	12 54,5%
Isolamento social	31 34,1%	21 30,4%	10 45,5%
Dificuldades económicas	39 42,9%	30 43,5%	9 40,9%

No que concerne aos **factores de manutenção da violência conjugal** (Tabela 16), a análise da amostra global mostra-nos que os três factores mais assinalados pelos sujeitos são: “ausência de denúncia” (86,8%, n=79); “medo de retaliações” (68,1%, n=61) e “promessas de mudança” (67%, n=61). Os factores de manutenção menos assinalados pelos sujeitos na amostra global foram a “ameaça de suicídio por parte do agressor” (7,7%, n=7), o “desconhecimento da vítima dos seus direitos” (19,8%, n=18) e o “isolamento social” (27,5%, n=25).

O grupo masculino apontou como principal factor a “ausência de denúncia” (86,4%, n=19), seguido do “medo de retaliações” (68,2%, n=15) e da “existência de filhos” (59,1%, n=13). O grupo feminino assinalou, por decrescente, a “ausência de denúncia” (87%, n=60), as “promessas de mudança por parte do agressor” (75,4%, n=52) e a “existência de filhos” e o “medo de retaliações” (68,1%, n=47).

O factor de manutenção de violência conjugal menos assinalado, por ambos os grupos, foi a “ameaça de suicídio por parte do agressor” (13,6% nos homens e 5,8% nas mulheres). O grupo feminino refere ainda o “desconhecimento da vítima dos seus direitos” (14,5%, n=10) e o “isolamento social” (26,1%, n=18), como causas menos frequentes.

O grupo masculino não considera como principais factores de manutenção da violência conjugal a “ternura do agressor fora dos momentos de violência” (22,7%, n=5), a “valorização da união familiar” (31,8%, n=7),

o “isolamento social” (31,8%, n=7) e a “ambivalência da vítima face ao agressor” (31,8%, n=7).

Tabela 16. Frequência por sub-amostra e amostra total: manutenção da VC

Factores de manutenção	Total	Feminino	Masculino
Ausência de denúncia	79 86,8%	60 87%	19 86,4%
Falta de confiança na justiça	30 33%	21 30,4%	9 40,9%
Valorização da união familiar	27 29,7%	20 29%	7 31,8%
Existência de filhos	60 65,9%	47 68,1%	13 59,1%
Isolamento social	25 27,5%	18 26,1%	7 31,8%
Falta de conhecimento da vítima sobre como pedir ajuda	32 35,2%	24 34,8%	8 36,4%
Ambivalência da vítima face ao agressor	36 39,6%	29 42%	7 31,8%
Medo de retaliações	61 68,1%	47 68,1%	15 68,2%
Desconhecimento da vítima dos seus direitos	18 19,8%	10 14,5%	8 36,4%
Ameaça de suicídio por parte do agressor	7 7,7%	4 5,8%	3 13,6%
Promessas de mudança	61 67%	52 75,4%	9 40,9%
Ternura do agressor fora dos momentos de violência	28 30,8%	23 33,3%	5 22,7%

Relativamente aos **factores de resolução da violência conjugal** (Tabela 17), os sujeitos da amostra global apontam com mais frequência os seguintes itens: “proteger a vítima e os filhos” (84,6%, n=77), “estimular a denúncia” (83,5%, n=76) e “tratar o agressor” (62,6%, n=57).

Os factores de resolução menos assinalados pela amostra global foram o “aumentar os direitos da mulher” (3,3%, n=3), “estimular a separação/divórcio” (6,6%, n=6) e “aumentar os tempos de lazer das famílias” (11%, n=10). No grupo feminino, estes itens foram igualmente os menos assinalados. Como principais factores de resolução da violência conjugal, as mulheres identificaram o “estimular a denúncia” (85,5%, n=59), “proteger a vítima e os filhos” (82,6%, n=57) e “informar mais a população em geral” (62,3%, n=43).

No grupo masculino, os factores menos assinalados dizem respeito ao “aumentar os direitos da mulher” (0%), “mudar o comportamento da vítima” (4,5%, n=1) e “estimular a separação/divórcio” (4,5%, n=1). Este grupo identifica como principais factores de resolução da problemática o “proteger a vítima e os filhos” (90,9%, n=20), o “estimular a denúncia” (77,3%, n=17) e “tratar o agressor” (72,7%, n=16).

Tabela 17. Frequência por sub-amostra e amostra total: resolução da VC

Factores de resolução	Total	Feminino	Masculino
Afastar o agressor	53 58,2%	38 51,5%	15 68,2%
Condenar mais agressores	37 40,7%	31 44,9%	6 27,3%
Estimular a denúncia	76 83,5%	59 85,5%	17 77,3%
Estimular a separação/divórcio	6 6,6%	5 7,2%	1 4,5%
Proteger a vítima e os filhos	77 84,6%	57 82,6%	20 90,9%
Mudar o comportamento da vítima	17 18,7%	16 23,2%	1 4,5%
Tratar o agressor	57 62,6%	41 59,4%	16 72,7%
Tratar o casal	40 44%	27 39,1%	13 59,1%
Informar mais a população em geral	54 59,3%	43 62,3%	11 50,0%
Melhorar as condições sócio-económicas	20 22%	14 20,3%	6 27,3%
Aumentar os direitos da mulher	3 3,3%	3 4,3%	0 0%
Aumentar os tempos de lazer das famílias	10 11%	6 8,7%	4 18,2%

V – Discussão

De seguida, apresentados a discussão dos resultados, tendo em conta o contributo da literatura na área. Com o intuito de clarificar a sua apresentação, optámos por fazer a reflexão em função dos tópicos analisados e descritos anteriormente.

8. Representações sociais em torno da violência conjugal

Através da análise descritiva dos resultados alcançados nos questionários QVC-HIS e ECVC, verificamos que os participantes neste estudo apresentam valores pouco legitimadores da violência conjugal. Comparando as médias obtidas na nossa amostra na ECVC com outros estudos (Machado, Matos & Gonçalves, 2000; Correia, 2008) constatamos que os profissionais da CPCJ obtiveram resultados mais baixos, o que sugere uma menor legitimação. Esta situação poderá dever-se ao facto de estes profissionais possuírem um maior sensibilidade em relação à problemática dos maus-tratos, levando a uma postura mais crítica quando se aborda a dinâmica das relações abusivas. Pensando que apenas 16,7% dos sujeitos afirmam ter tido formação sobre violência conjugal, podemos hipotetizar que é a própria prática, isto é, o contacto com situações de risco e perigo, bem como a troca de ideias e informação entre diferentes profissionais, que pode estar a influenciar esta menor legitimidade da violência conjugal. É também

importante não esquecer a possível influência da desejabilidade social, aspecto que, neste estudo, não foi controlado mas que pode, eventualmente, contribuir para estes resultados.

Os resultados do QVC-HIS são semelhantes. A amostra de Correia (2008), comparativamente com a amostra deste estudo, legitima ou banaliza com mais frequência a violência conjugal. Atendendo às histórias, verificamos que as médias são, sobretudo, mais baixas na história 2. Podemos hipotetizar que o facto desta história se centrar num casal mais velho e em que a mulher é agressora poderá levantar algumas dúvidas quanto à existência ou não de violência ou pelo menos quanto à sua gravidade. Esta ideia vai de encontro aos resultados obtidos por Carlson e Worden (2005), em que a percepção de violência diminui quando o agressor é mulher. Quando o agressor é um homem há mais probabilidade de os sujeitos considerarem existir uma acção legalmente punível. Embora os estudos sejam limitados, há autores que consideram que o risco de violência no casal é menor com o avançar da idade (Kantor & Jasinski, 1998), mas também é verdade que a prática nos confronta com situações de violência que se perpetua algumas dezenas de anos. Actualmente, por ventura, em virtude de uma maior divulgação e sinalização social desta problemática, as vítimas procuram ajuda ou denunciam mais cedo, embora se continuem a registar muitos casos de violência reiterada no tempo. Apesar de socialmente a mulher ser considerada como um grupo de maior risco, a verdade é que alguns estudos mostram níveis iguais de violência da mulher contra o homem (Correia, 2008). Muitas vezes, a mulher age agressivamente em auto-defesa; outras há em que a violência é simétrica ou em que a mulher é a agressora. Embora possamos considerar que a existência de uma maior incidência de agressores homens, frequentemente documentada em diferentes estatísticas, e de que os dados anuais da APAV são apenas um exemplo no nosso País, pode ajudar à construção desta representação, parece-nos importante realçar a influência que a forte divulgação das teses feministas pode ter na referida representação. Com efeito, para as perspectivas feministas a violência conjugal é uma questão de género, ainda que, como já tivemos oportunidade de referir, esta seja uma perspectiva questionável (Matos, 2003). Relativamente à história 3, embora os valores sejam um pouco mais baixos do que na história 1, é visível que os nossos participantes também a representam como uma situação de violência. Podemos pensar que pelo facto de existir consumo de álcool e a mulher estar grávida, os participantes deste estudo possam evidenciar uma perspectiva um pouco mais tolerante, atribuindo ao álcool parte da responsabilidade pelo comportamento do agressor e pensando na importância de preservar o núcleo familiar. Seria interessante poder explorar, em próximos estudos, uma reflexão falada sobre as próprias histórias e itens respectivos bem como sobre as respostas dos participantes, no sentido de compreender em maior profundidade os aspectos que podem estar associados à construção e expressão de representações mais e menos legitimadoras da violência conjugal. O álcool tem sido associado a actos violentos, como veremos no tópico seguinte. Analisando o item da história 3 relacionado com o “álcool”, constatamos uma divergência de respostas que vão desde o “concordo

plenamente” (6,6%) ao “discordo plenamente (26,4%)”. Em relação à gravidez, Kantor e Jasinski (1998) refere ser uma fase de maior risco, apesar de não existirem números relativos à violência conjugal nesta fase do ciclo de vida.

Assim, pelo que foi exposto, podemos concluir que os sujeitos do nosso estudo aceitam melhor a violência ou minimizam-na mais quando o casal é mais velho e a mulher agressora. Não a legitimam quando é perpetrada pelo homem, sejam os filhos mais velhos ou mais crianças. Este aspecto é extremamente importante, uma vez que estes profissionais assumem o papel de proteger as crianças e jovens em risco. Os profissionais da CPCJ que integram a nossa amostra apresentam médias mais altas na história 2 e 3 que os profissionais de justiça, sugerindo uma menor legitimação em relação a estes sujeitos o que, pensamos, pode dever-se à própria experiência que vão tendo do que são factores de risco e de protecção relativamente às crianças e ao desenvolvimento de dinâmicas familiares mais ou menos saudáveis.

No que concerne à influência do género, encontramos diferenças estatisticamente significativas na história 1, na história total e na ECVC, com as mulheres a legitimarem menos a violência conjugal. Este resultado é congruente com os dados obtidos em outros estudos. Locke e Richman (1999, *cit. in* Correia, 2008), Sgarzi (1991, *cit. in* Sousela, 2006) e Machado *et al.* (2003) confirmam a ideia de uma menor legitimação da violência por parte da mulher. Podemos deduzir que o grupo feminino, para além de não tolerar a violência contra a mulher, possivelmente pela identificação de género, não aceita a violência em geral. Daí, ser também menos legitimadora na história 2 em que há uma mulher agressora. O facto de existirem diferenças significativas entre o grupo dos homens e o grupo das mulheres na história 1, leva-nos a pensar que os homens legitimam mais facilmente a violência verbal, minimizando a chamada “pequena violência”.

Relativamente às variáveis sócio-demográficas, a análise estatística efectuada permite-nos compreender em que medida as variáveis sócio-demográficas podem influenciar ou não as respostas dos sujeitos aos itens do QVC-HIS e da ECVC. Desta forma, verificamos a existência de diferenças na história 1, na variável grupo profissional, grupo etário, grupo etário/tempo CPCJ, tempo CPCJ/grupos profissionais. Pelos resultados percebemos que os mais novos (até 33 anos) e numa faixa etária dos 45-55 anos legitimam menos a violência, ao contrário dos sujeitos com mais de 55 anos, que possuem uma visão mais legitimadora. Com o avançar da idade parece que os profissionais adquirem uma visão mais conservadora em relação a esta problemática. Para isso talvez tenha contribuído o facto de eles terem realizado a sua formação numa época mais em que a violência conjugal ainda não era um tema largamente debatido. Além disso, verificamos que o trabalhar durante muitos anos numa CPCJ não é sinónimo de uma análise mais crítica em torno da violência conjugal. Os dados mostram-nos que, para a história 1, a legitimação é menor quando os sujeitos trabalham há menos de 5 anos na instituição, à excepção dos profissionais com mais de 55 anos.

De uma forma geral, podemos referir que o grupo etário menos

legitimador corresponde à faixa etária dos 45-55 anos, com 4 a 5 anos de colaboração com a CPCJ. Este dado leva-nos a pensar que, à semelhança do que está consagrado (art. 26º, da Lei 147/99 de 1 de Setembro), é importante que os elementos que integram a CPCJ não se perpetuem muito tempo nesse lugar. Se, por um lado, a sua permanência por um maior número de anos poder trazer vantagens ao nível do conhecimento que têm dos procedimentos a realizar, a verdade é que também pode criar rotinas nem sempre vantajosas para o fim último das comissões e que mais não é do que a protecção das crianças e jovens.

Na nossa análise concluímos também que os agentes de segurança são o grupo profissional menos legitimador, quando colaboram com a CPCJ há mais de 3 anos, o que nos leva a pensar que o contacto com as situações de maus tratos e com as perspectivas de outras áreas de formação parece tornar estes profissionais mais críticos em relação à problemática em questão. O grupo dos professores parece ser o que possui representações mais legitimadoras das relações maltratantes, excepção feita para os juristas/advogados no seu primeiro ano de cooperação com a CPCJ. Nos anos posteriores, estes assumem uma posição menos legitimadora do que os professores. Porém, a partir dos 5 anos de tempo de CPCJ, voltam a emergir representações sociais banalizadoras da violência conjugal. Mais uma vez se confirma o que foi dito anteriormente em relação ao tempo de exercício destes profissionais na CPCJ: após algum tempo de colaboração é importante a mudança de técnicos.

Na amostra global, verificamos diferenças nas respostas ao QVC-HIS, quando intersectamos a variável grupo etário com a variável tempo de CPCJ. Da análise dos resultados, concluímos que até aos 55 anos, os menos legitimadores da violência correspondem aos profissionais com pouco tempo de CPCJ (até um ano) ou com 4 a 5 anos de trabalho na instituição. Depois dos 5 anos de serviço, é evidenciada uma maior legitimação da violência conjugal.

Relativamente ao estudo de Correia (2008), constatamos existir algumas semelhanças nos resultados obtidos, sobretudo, na variável género (mulher menos legitimadora) e na variável faixa etária (sujeitos numa faixa etária intermédia parecem possuir menos representações sociais).

9. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal

O QVC-CMR permite identificar quais as causas, factores de manutenção e factores de resolução que os sujeitos atribuem ao fenómeno da violência conjugal.

Relativamente às causas da violência conjugal, o consumo de álcool e/ou drogas por parte do agressor foi o mais apontado pelos sujeitos femininos e masculinos. De facto, a literatura tem demonstrado que o álcool é um factor facilitador das relações abusivas. Numa revisão de estudos, Hotaling e Sugarman (1986) concluíram que o uso do álcool está relacionado positivamente com a violência. No estudo de Correia (2008) a

principal causa assinalada pelos sujeitos também se relaciona com o consumo de substâncias. Contudo, importa referir que não devemos estabelecer uma relação directa e clara entre o álcool e a violência conjugal (Matos, 2003). Por outro lado, a atribuição da violência ao álcool, se pode ter um valor positivo porque sinaliza a importância do tratamento do alcoolismo, pode também representar uma certa desculpabilização do agressor face ao seu comportamento uma vez que a atribuição causal é feita a um agente externo. Seria interessante perceber melhor o impacto desta representação na forma como os profissionais olham e compreendem a violência conjugal.

Ambos os géneros identificam como segunda causa da violência conjugal os antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima. Diversos estudos empíricos têm corroborado a ideia de que o testemunhar situações de violência na infância está fortemente associado a uma perpetuação dos padrões de violência na idade adulta (Hotaling e Sugarman, 1986; Rapoza & Baker, 2008). No estudo de Carlson e Worden (2005), a exposição à violência familiar na infância foi uma das causas assinaladas pelos sujeitos. Assim, podemos referir que os resultados obtidos estão de acordo com a literatura, reforçando a importância da vitimação indirecta de crianças e jovens.

A aceitação social da violência foi outra das causas referidas pela maioria dos sujeitos. Este aspecto tem sido sustentado pelas teorias sócio-culturais, sobretudo pela perspectiva feminista (Correia, 2008). Em 1998, Heise, na sua revisão de estudos empíricos, identificou-a com sendo um dos factores de risco ao nível do macrosistema.

O grupo masculino identifica ainda a baixa auto-estima do agressor como uma das principais causas da violência conjugal. Segundo Kantor e Jansinski (1998, *cit. in* Correia 2008), a baixa auto-estima do agressor é considerada um enorme factor de risco, sustentado pelas teorias intra-individuais que focam a atenção nas características pessoais do agressor. Porém, Hotaling e Sugarman (1986) concluíram que não constitui um factor de risco consistente, havendo ainda muitas dúvidas quanto à sua relação causal com a violência.

Comparando estes resultados com o estudo de Correia (2008), verificamos algumas semelhanças no que diz respeito às principais causas de violência conjugal. No entanto, no estudo de Correia transpareceram ainda mais dois factores: dificuldades económicas do casal/família e a fragilidade emocional da vítima. Relativamente ao estudo de Worden e Carlson (2005) verificamos semelhanças nos seguintes factores: abuso de substâncias e existência de violência na família de origem.

De uma forma geral, podemos concluir que as causas mais apontadas pelos sujeitos da nossa amostra se reportam à figura do agressor e a factores sociais e culturais. No entanto, e como já anteriormente assinalamos, esta focalização no álcool ou outras dependências pode assumir-se como uma forma de atribuir a uma entidade externa a causa dos maus-tratos. Como muitos agressores e vítimas dizem “o problema é o álcool; se não fosse isso estava tudo bem”. Mesmo no plano da intervenção, esta pontuação pode ser enganosa pois pode iludir outros aspectos, nomeadamente da interacção

conjugal e/ou familiar, que possam estar a manter a violência ou, pelo menos, a dificultar a sua transformação. Por sua vez, as causas menos assinaladas pelos sujeitos remetem para a vítima (doença mental da vítima) e para causas familiares (interferência de familiares e problemas/dificuldades criados pelos filhos).

No que concerne aos factores de manutenção, o grupo masculino e feminino identificam a ausência de denúncia como principal factor de manutenção na relação abusiva. Seria interessante perceber melhor esta representação: por um lado, ela pode querer dizer que só a coacção pode ter um efeito dissuasor e transformador da violência; por outro lado, pode significar a convicção da necessidade de um elemento triangulador externo como forma de alterar a dinâmica maltratante. Os nossos dados, contudo, não nos permitem discutir mais aprofundadamente a forma como os nossos participantes consideram que a ausência de denúncia pode ajudar, tão fortemente, a manter a violência. Como segundo factor de manutenção, verificamos alguma discordância em função do género. Os homens assinalam o medo de retaliações e as mulheres as promessas de mudança por parte do agressor. Este último factor foi realçado por Walker ao definir o ciclo de violência conjugal, fazendo referência à fase da lua-de-mel (Antunes, 2003). Esta fase caracteriza-se pelo facto de a vítima confiar no agressor, desculpabilizando os seus comportamentos agressivos. Pagelow (1984) observou que muitas mulheres continuavam ao lado dos agressores porque alimentavam a esperança de que eles mudariam. Estas insistiam sobretudo nas qualidades dos maridos/companheiros, tentando minimizar as situações de violência. As diferenças encontradas poderão estar relacionadas com a própria dinâmica da violência conjugal e com o facto de a maioria das vítimas serem mulheres. Os homens não assumem que as promessas que eles fazem durante o ciclo da violência possam contribuir para a manutenção da mulher na relação abusiva. Importa referir que as mulheres também assinalam o medo de retaliações, mas apenas como terceira causa de manutenção da violência. É fundamental salientar que este medo é real. Nos E.U.A., 50% dos homens continuam a agredir ou a aterrorizar as mulheres mesmo após da separação (Alexander, 1993 e Pagelow, 1984) defende que o medo constitui um denominador comum às mulheres maltratadas, mobilizando-as na procura de ajuda.

Ambos os géneros referem também a existência de filhos como possível factor de manutenção da violência conjugal. Muitas mulheres agredidas não abandonam os maridos porque acreditam que os filhos devem viver num lar estável, evitando, assim, os processos de estigmatização decorrentes da separação do casal (Dobash & Dobash, *cit. in* Dias, 2004b). Mas é também por causa dos filhos que as mulheres abandonam o lar, sobretudo, quando eles se transformam em vítimas secundárias da violência conjugal. Importa realçar que apesar dos sujeitos considerarem os filhos como um factor de manutenção da violência, não quer dizer que legitimem a violência em favor da coesão familiar. Esta ideia vai de encontro aos resultados obtidos nos itens do ECVC e do QVC-HIS, relativos à manutenção da relação em favor da coesão familiar.

Efectivamente, os factores referidos anteriormente estão directamente

relacionados com a ausência de denúncia por parte da vítima e por terceiros. Como indica a literatura, as causas encontradas no nosso estudo são referidas usualmente por diversos autores (Alexander, 1993; Brehm, Miller, Perlman & Campbell, 2002; Jaffe et al, 2003; Kantor & Jasinski, 1998; Roberts, 2007; Rhodes & McKenzie, 1998, *cit. in* Correia, 2008).

O factor de manutenção menos assinalado por ambos os géneros foi a ameaça de suicídio por parte do agressor. De facto, este tipo de ameaça não parecer ser muito comum, uma vez que as ameaças estão normalmente associadas à própria vítima ou a terceiros (Correia, 2008). Contrariamente ao que acontece com as causas da violência conjugal, verificamos que a pessoa vítima surge de uma forma mais vincada, no que diz respeito aos factores de manutenção. Apesar da promessa de mudança poder estar relacionada com o agressor, consideramos que se deve atribuir este factor à mulher vítima, uma vez que é sua decisão ceder a tais comportamentos.

É curioso verificar que o isolamento social é muito pouco referido como podendo ser uma das razões de manutenção da violência conjugal e quando o é são apenas as mulheres que o fazem. Contudo, esta é umas das estratégias do agressor geralmente apontada pela investigação (Coohey, 2007) como limitadora do poder e das respostas das vítimas. Complementarmente, e no plano da intervenção, o alargamento da rede social (quer informal quer formal) é considerada não só como uma estratégia que ajuda ao *empowerment* das vítimas mas como uma forma de controlo, indirecto, do próprio comportamento violento.

Para finalizar, os factores de resolução mais apontados pelos sujeitos foram o estimular a denúncia e o proteger a vítimas e os filhos. O género feminino considera mais importante a denúncia, enquanto os homens assinalam como principal factor de resolução a protecção da vítima e dos filhos. Este dado não deixa de ser curioso. No entanto, não podemos deixar de referir que estamos perante uma amostra de profissionais da CPCJ que têm como principal função proteger crianças e jovens em risco.

O estimular a denúncia está relacionado com a ideia da maioria dos sujeitos de que a principal causa de manutenção do ciclo de violência se prende com a ausência de denúncia. Assim, faz sentido que os sujeitos refiram esse factor como capaz de pôr fim à violência nas relações conjugais.

O grupo das mulheres assinala ainda o informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal, como um dos factores de resolução. O informar a população e transmitir informações está relacionado com aquilo a que Neves (2008) considera a “disprivatização da violência familiar”. De uma forma geral, e de acordo com a perspectiva feminista, o importante é haver uma responsabilidade partilhada, informando as mulheres dos seus direitos, promovendo o *empowerment* e desconstruindo, desta forma, as representações erróneas. Por outro lado, esta maior informação poderá levar a um maior número de denúncias, feitas pelas vítimas ou por elementos da comunidade, familiares, vizinhos, amigos, colegas e profissionais.

Como terceiro factor de resolução das relações abusivas, os homens assinalam o tratar o agressor. Este grupo talvez considere mais benéfica uma intervenção no sentido do tratamento do que da punição. No entanto, é

necessário salientar que, muitas vezes, os agressores não estão receptivos ao tratamento, o que dificulta a aplicação desta medida. Uma vez mais se realça a dimensão individual, na medida em que o tratamento é considerado para o agressor, ainda que seja interessante salientar que mais de metade dos participantes homens referiram a importância da intervenção no casal como forma de resolução da violência.

Analisando os resultados obtidos, constatámos que os factores de resolução recaem sobretudo na pessoa vítima e no agressor. Por outro lado, os factores menos assinalados estão relacionados com o casal/família (estimular a separação/divórcio e aumentar os tempos de lazer das famílias) e com o estatuto social da mulher (aumentar os direitos da mulher).

Os resultados obtidos vão de encontro aos de Correia (2008), o que nos leva a concluir que os profissionais de ambas as amostras partilham as mesmas ideias quanto aos factores que contribuem para a resolução da violência conjugal.

VI – Limitações do estudo e sugestões para investigações futuras

Na análise dos resultados é necessário ter precaução, uma vez que o estudo possui algumas limitações. Assim, seria importante que as sub-amostras tivessem um maior número de sujeitos, que permitisse realizar análises estatísticas mais complexas, como por exemplo regressão múltipla. Além disso, era aconselhável um maior equilíbrio entre a representação dos dois géneros.

O facto de não ter sido possível realizar um análise factorial, não nos permitiu compreender detalhadamente quais os tipos de representações que os sujeitos têm em relação à violência conjugal.

Uma outra limitação prende-se com a ausência de uma amostra da população geral para análises comparativas. Na sequência desta ideia, sugerimos a aplicação dos instrumentos a uma amostra mais alargada. Torna-se importante continuar o estudo do QVC-HIS, com o intuito de ser possível identificar factores e de consolidar a avaliação das qualidades psicométricas deste instrumento. Por outro lado, estudo mais abrangentes permitirão identificar com maior validade as representações da população portuguesa sobre a violência conjugal, bem como especificar mais as categorias dessas representações.

VI – Conclusões

Durante muito tempo, a investigação em torno da violência conjugal centrava-se apenas em dois aspectos: a mulher, como vítima directa de violência conjugal e, posteriormente, a criança, como vítima indirecta da violência. No entanto, a problemática da violência conjugal não se esgota nestes dois actores, nem tão pouco se circunscreve ao ponto de vista da vítima. Por este motivo, consideramos importante que cada vez mais se tenha em atenção abordagens mais globalizantes. Compreender a dinâmica

da violência nas relações conjugais passa por encarar este problema como um fenómeno multifacetado e multidimensional que é influenciado por factores individuais, familiares, contextuais e culturais.

Para tal, torna-se imprescindível analisar as representações sociais acerca da violência conjugal, uma vez que o acesso às mesmas poderá levar ao desenvolvimento de estratégias de prevenção eficazes. O presente estudo tem como objectivo perceber em que medida as representações sociais em relação à violência interparental por parte de profissionais, são permeáveis à maior ou menor legitimação ou banalização da violência conjugal. O facto de sabermos que a co-ocorrência entre violência conjugal e maus-tratos a crianças e jovens é elevada, levou-nos a escolher os profissionais da CPCJ como elementos integrantes da nossa amostra. De facto, as representações desses profissionais sobre a violência conjugal podem levar a uma maior ou menor valorização da problemática, interferindo na promoção e protecção das crianças e jovens em risco.

De acordo com os resultados obtidos, podemos concluir que, de uma forma geral, os profissionais da CPCJ não legitimam a violência conjugal. O género masculino parece legitimar ou aceitar mais esta problemática, verificando-se diferenças significativas entre os géneros na história 1, na história total e na ECVC. Relativamente às variáveis sócio-demográficas, importa salientar a influência da faixa etária/tempo de CPCJ nos itens da história 1 e da história total e do tempo de CPCJ/grupos profissionais nas respostas dadas pelos sujeitos da amostra à história 1. Concluimos ainda que a partir de um certo número de anos a colaborar com as CPCJ, os profissionais constroem representações acerca da violência conjugal que podem interferir com o trabalho que é preconizado e desenvolvido pelos diversos parceiros da CPCJ.

Relativamente às causas da violência conjugal, os sujeitos parecem estar de acordo com a literatura quando destacam o consumo de álcool/drogas, os antecedentes de violência na família de origem e a aceitação social da violência como principais factores de risco da violência conjugal. Como factores de manutenção, os sujeitos atribuem mais a responsabilidade à vítima e, aparentemente, não concordam com a sua permanência na situação abusiva em favor da união familiar. Os profissionais da CPCJ destacam ainda a ausência de denúncia, o medo de retaliações, as promessas de mudança e a existência de filhos como factores de manutenção. Em relação aos factores de resolução, os sujeitos atribuem muita importância à denúncia e ao proteger a vítima e os seus filhos. O grupo masculino aponta ainda o tratamento do agressor e as mulheres destacam a necessidade de informar a população geral sobre as consequências da violência conjugal.

O facto de os profissionais da CPCJ lidarem frequentemente com casos de violência conjugal e, conseqüentemente, com situações de vitimação indirecta a crianças e jovens, leva, provavelmente, a que tenham outra perspectiva sobre a problemática em questão. Efectivamente, parecem ser menos legitimadores da violência comparativamente com outras amostras, nomeadamente de profissionais de justiça (Correia (2008)). Desta forma, podemos concluir que estes profissionais são críticos quanto à

violência conjugal, não partilhando algumas das representações que a sociedade em geral parece sustentar. Contudo, seria importante comparar os resultados obtidos no QVC-HIS com uma amostra da população em geral.

Bibliografia

Abric, J. C. (1984). A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction. In R. Farr & S. Moscovici (orgs.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.

Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares*. (pp. 290-307) Coimbra: Quarteto Editora.

Alexander, R. (1993). Wife-battering – An australian perspective. *Journal of Family Violence*, 3, 229-251.

Antunes, M. (2003). Violência e vítimas em contexto doméstico. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol 1 – Adultos, pp 43-77). Coimbra: Quarteto Editora.

Antunes, C. (2005). *A narrativa em jovens vítimas de maus-tratos na infância: Estudo exploratório*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Azevedo, M., & Maia, A. (2006). *Maus-Tratos à criança* (1.ªed.). Lisboa: Climepsi Editores.

Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetuação. *Análise Psicológica*, 4 (XXIV), 485-493.

Carlson, B., & Worden, A. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: I. Results of a public opinion survey: Definitions of domestic violence, criminal domestic violence and prevalence. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1197-1218.

Casimiro, C.(2002). Representações sociais da violência conjugal. *Análise Social*, XXXVII (163), 603-630.

Cicchetti, D., & Lynch, M. (1993). Toward an ecological/transactional model of community violence and child maltreatment: Consequences for children's development. *Psychiatry*, 53, 96-118.

Coelho, P. (2005). Violência conjugal: Violência física conjugal nas mulheres que recorrem aos cuidados de saúde primários. *Revista Portuguesa Clínica Geral*, 21, 343-351.

Comissão para a Igualdade dos Direitos da Mulher (CDIM). *III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica* (2007-2010). Retirado a 13 de Novembro, 2007, de <http://www.cidm.pt>.

Coohey, C. (2007). The relationship between mothers' social networks and severe domestic violence: a test of the social isolation hypothesis. *Violence and Victims*, 22 (4), 503-512.

Correia, A.T. (2008). *Crenças em torno da violência conjugal: Estudo exploratório junto de advogados, magistrados, auditores de justiça e estudantes de direito*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, área de sub-especialização em Psicologia Forense. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Costa, D. (2005). *Percepção social de mulher vítima de violência conjugal: Estudo exploratório realizado no concelho de Lisboa*. Lisboa: ISCSP-UTL.

Dias, I. (2004a). *Violência na família, uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Dias, I. (2004b). Violência contra as mulheres e os idosos. *Psychologica*, 36, 33-61.

Fantuzzo, J.W., & Mohr, W.K. (1999). Prevalence and effects of child exposure to domestic violence. *The Future of Children*, 9, 3, 21-31.

Grych, J.H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology*, 12, 437-453.

Heyman, R. E. & Slep, A. M. S. (2002). Do child abuse and interparental violence lead to adulthood family violence? *Journal of Marriage and Family*, 64, 864-870.

Heise, L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, 4, 262-290.

Holden, G. W., Geffner, R., & Jouriles, E. N. (1998), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*, Washington: American Psychological Association.

Hotaling, G., & Sugarman, D. (1986). An analysis of risk markers in husband to wife violence: The current state of Knowledge. *Violence and Victims*, 1 (2), 101-124.

Junqueira, M. F. R. (2003). *Representação social da violência*

doméstica contra crianças e adolescentes (pp. 42-55). Dissertação de mestrado em Psicologia. Góis: Universidade Católica de Góias.

Jasinski, J., & Williams, L. (1998). *Partner violence, a comprehension review of 20 years of research*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco 149/99 de 1 de Setembro. *Diário da República n.º 204/ – I Série A*. Retirado a 2 de Setembro, 2009, de <http://www.cnpcjr.pt>.

Lourenço, N. & Lisboa, M. (1992). *Representações da violência*. Lisboa: Centros de Estudos Judiciários.

Lourenço, N., Lisboa, M. & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.

Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas. Um estudo representativo na região Norte. *Psychologica*, 39, 173-194.

Machado, C., Martins, A. I., Santos, A. S., Dias, M., Antunes, C. & Rato, A. (2005). Crenças e atitudes policiais sobre a violência conjugal. *Revista do CEJ*, 3, 293-303.

Machado, C., Matos, M. & Moreira, A.I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.

Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M.M. (2006). *Manual da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (I.V.C.)*. Braga: Psiquilibrios Edições.

Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. M. (2008). Escala de crenças sobre a violência conjugal (ECVC). In L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado & M. M. Gonçalves (Coords.). *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa – Volume II* (pp.127-140, 2.ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística, com utilização do SPSS* (3.ª edição). Lisboa: Edições Sílabo.

Martinez, E.F. (2006). *Estudo descritivo dos sistemas de crenças, valores e necessidades sentidas pelas mulheres vítimas de maus-tratos*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Markward, M.J. (1997). The impact of domestic violence on children. *Families in Society*, 78, 1, 66-70.

Matos, M. (2003). Violência conjugal. In Carla Machado & R. Abrunhosa Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes. Vol 1: Adultos* (pp 83-130). Coimbra: Quarteto.

Matos, M. (2005). Avaliação psicológica de vítimas e maus-tratos conjugais. In R. Abrunhosa Gonçalves & Carla Machado, *Psicologia Forense* (pp159-186). Coimbra: Quarteto Editora.

Matos, M., Machado, C., Caridade, S. & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (1), 55-75.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr & S. Moscovici (orgs.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.

Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violência na intimidade: Uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.

Neves, S. (2008). Amor, poder e violências na intimidade. Coimbra: Quarteto.

Pagelow, M.D. (1984). *Family violence*. New York: Praeger Publishers.

Perrone, R., & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia*. Buenos Aires: Paidós.

Porto, M. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 8, 16, 250-273.

Rapoza, K., & Baker, A. (2008). Attachment styles, alcohol and childhood experiences of abuse. An analyses of physical violence in dating couples. *Violence and Victims*, 23 (1), 52-65.

Price, E. L., Byers, E.S., & Dating violence research team (1999). The attitudes towards dating violence scales. Development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 4, 387-415.

Sani, A.I (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interpaparental*. Dissertação de mestrado em Psicologia, especialização em Intervenção Psicológica com crianças e adolescentes. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Sani, A. I. (2004). O Discurso de crianças expostas à violência interpaparental: Estudo qualitativo. *Psychologica*, 36, 109-130.

Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta em contexto familiar. *Análise Social*, *XLI* (180), 849-864

Santos, S.M. (2000). *Representações sociais da violência sobre as crianças*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Silva, M. J., & Matos, M. (2001). *Percepções da violência entre estudantes do ensino secundário*. Texto policopiado. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Sousela, L. A. (2006). *Violência feminina: contextos, motivos e consequências*. Dissertação de mestrado em Psicologia do comportamento desviante, violência, crime e vítimas. Porto: Universidade do Porto.

Stalans, L., & Finn, H. (2006). Publis's and police officer's interpretation and handling of domestic violence cases: divergent realities. *Journal of interpersonal violence*, *21* (9), 129-155.

Vala, J. (1986). Sobre as representações sociais – para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, *4*, 5-30.

Worden, A. & Carlson, B. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: II Beliefs about causes. *Journal of Interpersonal Violence*, *20*, 1219-1243.

Anexo 1

Carta de Apresentação



Exmo. Sr. Presidente da CPCJ...

No âmbito de um estudo sobre a violência doméstica do Mestrado Integrado de Psicologia, da Universidade de Coimbra, pedimos a colaboração dos profissionais da CPCJ (Comissão Alargada e Restrita – Efectivos e Suplentes) para o preenchimento de três questionários de opinião.

As respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial e os dados biográficos solicitados servem unicamente para caracterização da amostra.

Agradecemos desde já toda a sua colaboração, pedindo a todos os profissionais que não deixem nenhuma questão por responder pois isso invalidará todas as outras respostas.

Coimbra, 14 de Março de 2008

As investigadoras principais:

Profs. Doutoradas Madalena Alarcão e Isabel Alberto

A investigadora:

Ana Isabel Camelo

Anexo 2

Descrição da amostra

Grupo profissional

	N	% válida	% acumulada
Assistentes Sociais	22	25,6	25,6
Psicólogos	17	19,8	45,3
Professores	19	22,1	67,4
Médicos	1	1,2	68,6
Agentes segurança	5	5,8	74,4
Juristas/Advogados	6	7,0	81,4
Assistente Administrativo	3	3,5	81,4
Sociólogos	3	3,5	88,4
Enfermeiros	4	4,7	93,0
Pedagogos	2	2,3	95,3
Educadores sociais	1	1,2	96,5
Outro grupo	3	3,5	100,0
Total	86	100,0	
<i>Missing</i>	5		
Total	91		

Distribuição dos sujeitos por classe etária

	N	% válida	% acumulada
Até 33 anos	33	36,3	36,3
34-44 anos	29	31,9	68,1
45-55 anos	21	23,1	91,2
Mais 55 anos	8	8,8	100,0
Total	91	100,0	

Anexo 3**Ficha sócio-demográfica**

Pág. 1/2

Ficha Sócio-DemográficaSexo: F M

Idade: _____

Habilitações: 4.º ano 6.º ano 9.º ano 11.º ano 12.º ano
Bacharelato Licenciatura Mestrado Doutoramento Estado Civil: solteiro(a) casado(a)/união de facto divorciado(a)/separado(a)
viúvo(a)

Profissão (actual): _____

Tempo de exercício da profissão actual: _____

CPCJ onde exerce funções: _____

Pertence à:

Comissão Alargada Comissão Restrita

É um elemento:

Efectivo Suplente

Entidade que representa:

- Saúde
- Município
- IPSS
- Educação
- Segurança Social
- Forças de segurança

- Elemento designado pela Assembleia
- Técnico cooptado
- Outra _____

Tem trabalhado com casos de violência conjugal? Sim Não

Se sim, que tipo de actividade teve?

Defesa do agressor _____ em cerca de _____ casos

Avaliação/elaboração de relatórios _____ em cerca de _____ casos

Acompanhamento terapêutico de vítimas _____ em cerca de _____ casos

Acompanhamento terapêutico de agressores _____ em cerca de _____ casos

Avaliação/accompanhamento terapêutico dos filhos desses casais _____ em cerca de _____ casos

Outra _____

Teve alguma formação específica na área da violência? Sim Não

Se sim, de que tipo? _____

Duração aproximada da formação (em horas) _____

Teve alguma formação específica na área da violência conjugal? Sim Não

Se sim, de que tipo? _____

Duração aproximada da formação (em horas) _____

Anexo 4

Questionário de Violência Conjugal – Histórias

QRVC-HIS

(Alarcão, M & Alberto, I., 2007)

Este questionário integra três histórias de três casais diferentes. Em cada uma dessas histórias vai encontrar dez afirmações; pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “concordo plenamente”, 2 “concordo”, 3 “discordo”, 4 “discordo plenamente”. Para tal, deverá colocar uma cruz (e apenas uma) no quadrado respectivo. Este é um questionário de opinião, em que as suas respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial.

Item de Exemplo:

a) No Verão a grande maioria das famílias portuguesas vai de férias para o Algarve

Concordo Plenamente 1	Concordo 2	Discordo 3	Discordo Plenamente 4

História 1

Arménio é um engenheiro chefe de 40 anos, casado com Manuela, enfermeira de 38 anos; tem dois filhos, o Marcos, com 15 anos, e a Sara, que tem 13 anos. A Manuela confidenciou a uma colega de trabalho que as coisas não andam bem na sua vida de casada. O Arménio é uma pessoa completamente diferente dentro e fora de casa. No trabalho, com os amigos e vizinhos, é muito simpático, sempre disponível; mas com ela é bastante rude: chama-lhe “ignorante” (achando que tudo o que ela diz está errado e que “dela só sai asneira”) ou deixa-a a falar sozinha e vai-se embora, dizendo-lhe que tem vergonha dela porque nem gosto tem para se vestir. Por vezes, quando a Manuela se atrasa no serviço, o Arménio chega a dar-lhe umas bofetadas porque o jantar não está feito a horas e ele, assim, não consegue chegar pontualmente às reuniões de trabalho.

A Manuela diz que os filhos não se apercebem de nada porque estes desentendimentos nunca acontecem à frente deles e ela faz por se mostrar alegre quando eles estão por perto.

Concordo Plenamente 1	Concordo 2	Discordo 3	Discordo Plenamente 4
--------------------------	---------------	---------------	--------------------------

	1	2	3	4
1. Com os estudos que tem, o Arménio é incapaz de maltratar a sua mulher				
2. A Manuela queixa-se que o marido a chama de ignorante e goza com a forma como se veste mas ele só pretende que ela se comporte como boa esposa e mãe de família				
3. Se o Arménio trata mal a Manuela é porque ela lhe dá razões para que isso aconteça				
4. Se o Arménio é uma pessoa simpática e disponível para com os outros, fora de casa, será incapaz de ser violento na sua própria casa				
5. A Manuela deve guardar para si as dificuldades que tem com o marido para bem da família e, particularmente, dos filhos				
6. Se o Arménio anda mais nervoso, por causa do trabalho, é provável que descarregue a sua tensão sobre a Manuela				
7. O Arménio tem razão em ficar zangado e em agredir a Manuela porque ela o impede de chegar a horas às reuniões				
8. A Manuela e o Arménio são adultos responsáveis e devem resolver os problemas da violência “entre portas”, sem trazer a público estas questões privadas				
9. Uma bofetada dada num momento de zanga/tensão, não é propriamente violência conjugal				
10. É compreensível que o Arménio se passe, porque gerir o trabalho, os filhos e uma mulher que se atrasa é difícil				

História 2

A Luísa é uma mulher de 60 anos mas ainda tem muitos afazeres: trabalha na agricultura, faz umas horas por semana na limpeza de casas e, à noite, ainda tem uns trabalhos de costura. Tudo isto a cansa muito e a torna muito imitável. O António tem a mesma idade e é carpinteiro: quando chega a casa o que mais quer é poder descansar de um trabalho de que gosta mas que já começa a ser pesado. Ele já conhece a mulher que tem e tenta passar despercebido; senão “sobra” para ele. A Luísa, quando fala para ele é sempre a ralhar, dizendo que “quem usa calças lá em casa é ela”, que ele “é um inútil”, e, por vezes, o António tem de se baixar para não “apanhar com objectos voadores” que a mulher atira quando está mais exasperada. O António diz isto a sorrir, como que a desvalorizar a situação, mas sempre vai adiantando que, por vezes, não é rápido que chegue pelo já teve de ir receber tratamento médico. Desculpa a mulher, dizendo que a vida dela nunca foi fácil pois desde pequena foi sempre uma sacrificada. Acha que, apesar de tudo, ela é uma boa mulher, pois é trabalhadora e a casa está “sempre um brinco”. Claro que gostaria de ter mimo em vez de “ralhetes e pancadaria”, mas conclui

“que não se pode ter tudo” e “nesta idade, já não há que esperar muito da vida”. Por outro lado, o António refere que a Luísa só se toma “uma fera” quando está cansada com tanto trabalho: a “culpa é deste trabalho todo que é preciso fazer para se ter alguma coisita”.

Concordo Plenamente 1	Concordo 2	Discordo 3	Discordo Plenamente 4
--------------------------	---------------	---------------	--------------------------

	1	2	3	4
1. E um exagero considerar estas pequenas “batalhas” entre a Luísa e o António como um problema de violência conjugal				
2. O António faz bem em desvalorizar a violência da Luísa para não perturbar a paz familiar				
3. É pouco provável que a Luísa, idosa e cansada, consiga maltratar realmente o António. São rabugices próprias da idade				
4. O comportamento da Luísa é compreensível pois, como diz o próprio marido, ela teve sempre uma vida muito difícil				
5. Como pessoa do campo e com pouca escolaridade, é bem provável que a Luísa resolva as coisas pela força e não pela conversa				
6. A Luísa tem razão em zangar-se com o marido, pois trabalha bastante e ele não a ajuda nada; antes pelo contrário, dá-lhe mais trabalho				
7. O António faz bem em aguentar esta situação e em desculpar a mulher pois nesta idade é melhor fazer tudo para se manterem juntos, como casal				
8. Provavelmente a Luísa é mais agressiva com o António por causa de estar tão cansada com todo o trabalho que tem				
9. Estas zangas da Luísa com o António são usuais nesta idade; até podem provocar alguns acidentes, mas não pode dizer-se que seja uma violência séria				
10. O António é capaz de merecer alguns ralhos da mulher porque parece levar uma vida descansadinha e despreocupada				

História 3

A Deolinda tem 30 anos, é doméstica e está casada há apenas 3 anos, com o Esteves, mas não tem sido fácil manter este casamento. O Esteves tem sensivelmente a mesma idade, trabalha na construção civil e gosta de beber uns copos com os amigos, depois do trabalho, e quando chega a casa, com um bocadinho a mais de vinho, fica difícil para a Deolinda. Começa por implicar com o jantar: “se é peixe, apetecia-lhe carne, se é carne, queria peixe”! Culpa a Deolinda de fazer de propósito para o irritar, fazendo sempre o contrário do que ele pede. Quando fica mesmo descontrolado chega a bater na mulher, que se encontra grávida de 4 meses. Ela tem umas nódoas negras, “mas nunca foi preciso ir ao médico por causa das agressões”. A Deolinda continua a achar que o Esteves é uma boa pessoa, preocupado com ela e o outro filho (que tem 2 anos). É

o vinho que o torna violento; “quando lhe passa a bebedeira, vem pedir desculpa, a chorar, e eu sei que é do fundo do coração”

Concordo Plenamente 1	Concordo 2	Discordo 3	Discordo Plenamente 4
--------------------------	---------------	---------------	--------------------------

	1	2	3	4
1. A Deolinda deve tentar manter este casamento, até porque tem um filho pequeno, vai ter outro e ambos precisam do pai				
2. O problema é a bebida; o Esteves só se torna agressivo por causa do vinho				
3. A Deolinda devia esforçar-se por saber o que o Esteves quer para o jantar para evitar que o marido se chateie				
4. Se a Deolinda nunca precisou de receber cuidados médicos, é porque o marido não é assim tão violento como ela diz				
5. Não admira que o Esteves bata na mulher porque é um operário com pouca instrução e sensibilidade para a questão da violência				
6. O Esteves anda muito preocupado, agora que vem aí outro filho, e isso faz com que fique mais irritado e se descontrole de vez em quando				
7. É pouco provável que o Esteves bata na Deolinda enquanto ela está grávida do seu próprio filho				
8. A Deolinda não devia andar a “publicitar” estas discussões que tem com o marido pois isso só diz respeito ao casal				
9. Se a Deolinda faz sempre o contrário do que o Esteves pede, é porque gosta de o provocar e de se sujeitar a ser agredida				
10. A Deolinda deve estar a exagerar um bocadinho nas suas histórias sobre as desavenças que tem com o Esteves e a fazer-se de vítima				

Anexo 5

Questionário sobre Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução

QVC – CMR

Vai encontrar, seguidamente, um conjunto de afirmações relativas aos factores que podem explicar o aparecimento da violência e a sua manutenção, bem como de factores que podem contribuir para o seu desaparecimento. Para cada uma das três situações, assinale com um X as 5 afirmações com as quais está mais de acordo.

1. A violência conjugal é devida a:

Consumos de álcool ou drogas por parte do agressor	
Doença mental do agressor	
Baixo grau de instrução do agressor	
Baixa auto-estima do agressor	
Doença mental da vítima	
Comportamento provocador da vítima	
Fragilidade emocional da vítima	
Interferência de outros familiares	
Problemas/dificuldades criadas pelos filhos	
Relações extra-conjugais do agressor/da vítima	
Antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima	
Aceitação social da violência	
Isolamento social do casal/família	
Dificuldades económicas do casal/família	

2. O que mais contribui para a manutenção da violência conjugal é:

Ausência de denúncia por parte da vítima ou de terceiros	
Falta de confiança na eficácia da justiça	
Valorização da união familiar	
Existência de filhos	
Isolamento social da vítima e/ou da família	
Falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda	
Ambivalência da vítima face ao agressor	
Medo de retaliações por parte da vítima	
Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos	
Ameaça de suicídio por parte do agressor	
Promessas de mudança por parte do agressor	
Temura do agressor fora dos momentos de violência	

3. O mais importante para pôr fim à violência é:

Afastar o agressor	
Condenar mais agressores	
Estimular a denúncia das situações de violência	
Estimular a separação/ divórcio do casal	
Proteger a vítima e os filhos, se os houver	
Mudar o comportamento da vítima	
Tratar o agressor	
Tratar o casal	
Informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal	
Melhorar as condições socio-económicas das famílias	
Aumentar os direitos da mulher	
Aumentar os tempos de lazer das famílias	

Anexo 6

Características psicométricas do QVC – HIS

Summary Item Statistics							
	Mean	Minimum	Maximum	Range	Maximum / Minimum	Variance	N of Items
Item Means	3,502	2,912	3,835	,923	1,317	,058	30
Item Variances	,386	,161	,748	,586	4,632	,024	30
Inter-Item Correlations	,339	-,044	,755	,800	-17,008	,017	30

Item-Total Statistics		
	Corrected Item-Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QRVCHIS 11	,583	,931
QRVCHIS 12	,496	,932
QRVCHIS 13	,449	,932
QRVCHIS 14	,596	,931
QRVCHIS 15	,479	,932
QRVCHIS16	,368	,935
QRVCHIS17	,457	,932
QRVCHIS18	,557	,931
QRVCHIS19	,539	,931
QRVCHIS110	,546	,931
QRVCHIS21	,648	,930
QRVCHIS22	,778	,928
QRVCHIS23	,652	,930
QRVCHIS24	,629	,930
QRVCHIS25	,484	,932
QRVCHIS26	,677	,930
QRVCHIS27	,665	,930
QRVCHIS28	,513	,932
QRVCHIS29	,671	,930
QRVCHIS210	,622	,930
QRVCHIS31	,517	,932
QRVCHIS32	,355	,935
QRVCHIS33	,541	,931
QRVCHIS34	,643	,931
QRVCHIS35	,371	,933
QRVCHIS36	,543	,931
QRVCHIS37	,688	,930
QRVCHIS38	,617	,931

QRVCHIS39	,557	,931
QRVCHIS310	,608	,931

Scale Statistics

Mean	Variance	Std. Deviation	N of Items
105,05	118,564	10,889	30

História 1

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	N
.808	.837	10

História 2

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	N
.894	.901	10

História 3

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados	N
.840	.857	10

Testes de normalidade para QRVC – HIS

	Gênero	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
História total	Feminino	,100	66	,169	,933	66	,001
	Masculino	,170	19	,151	,955	19	,480
História 1	Feminino	,194	66	,000	,749	66	,000
	Masculino	,167	19	,172	,931	19	,184
História 2	Feminino	,090	66	,200(*)	,941	66	,004
	Masculino	,136	19	,200(*)	,973	19	,839
História 3	Feminino	,161	66	,000	,907	66	,000
	Masculino	,159	19	,200(*)	,952	19	,425

Anexo 7

Características Psicométricas da ECVC

Summary Item Statistics

	Mean	Minimum	Maximum	Range	Maximum / Minimum	Variance	N of Items
Item Means	1,499	1,200	2,111	,911	1,759	,062	25
Item Variances	,399	,184	,841	,657	4,566	,030	25
Inter-Item Covariances	,111	-,041	,301	,343	-7,315	,003	25
Inter-Item Correlations	,307	-,064	,709	,773	-11,154	,024	25

Item-Total Statistics

	Corrected Item-Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
ECVC1	,405	,907
ECVC2	,334	,906
ECVC3	,303	,908
ECVC4	,580	,902
ECVC5	,647	,900
ECVC6	,169	,914
ECVC7	,566	,902
ECVC8	,675	,899
ECVC9	,631	,900
ECVC10	,585	,901
ECVC11	,492	,903
ECVC12	,479	,904
ECVC13	,378	,905
ECVC14	,575	,903
ECVC15	,411	,905
ECVC16	,677	,900
ECVC17	,580	,902
ECVC18	,597	,901
ECVC19	,652	,901
ECVC20	,449	,904
ECVC21	,653	,900
ECVC22	,556	,902
ECVC23	,669	,900
ECVC24	,703	,900
ECVC25	,412	,905

Scale Statistics

Mean	Variance	Std. Deviation	N of Items
37,48	76,859	8,767	25

Teste de normalidade para a ECVC

Género		Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
ECVC total	Feminino	,093	66	,200(*)	,945	66	,006
	Masculino	,089	19	,200(*)	,966	19	,754

Anexo 8

Coeficiente de Correlação entre o QVC – HIS e a ECVC

		QVC total	QVC his1	QVChis2	QVC his3	ECVC total
QVC Total	Pearson Correlation	1	, 869(**)	, 923(**)	, 873(**)	-, 672(**)
	Sig. (2-tailed)		, 000	, 000	, 000	, 000
	N	91	91	91	91	90
QVC His1	Pearson Correlation	, 869(**)	1	, 705(**)	, 646(**)	-, 511(**)
	Sig. (2-tailed)	, 000		, 000	, 000	, 000
	N	91	91	91	91	90
QVC His2	Pearson Correlation	, 923(**)	, 705(**)	1	, 708(**)	-, 594(**)
	Sig. (2-tailed)	, 000	, 000		, 000	, 000
	N	91	91	91	91	90
QVC His3	Pearson Correlation	, 873(**)	, 646(**)	, 708(**)	1	-, 690(**)
	Sig. (2-tailed)	, 000	, 000	, 000		, 000
	N	91	91	91	91	90
ECVC Total	Pearson Correlation	-, 672(**)	-, 511(**)	-, 594(**)	-, 690(**)	1
	Sig. (2-tailed)	, 000	, 000	, 000	, 000	
	N	90	90	90	90	90

Anexo 9**Variáveis sócio-demográficas****Variável dependente: qrvchis2**

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	1324,926(a)	45	29,443	1,648	,055
Intercept	43293,206	1	43293,206	2423,127	,000
gruposetarios	57,513	3	19,171	1,073	,371
grupoprofissional	224,625	6	37,437	2,095	,075
classetempocpcj	25,604	3	8,535	,478	,700
gruposetarios * grupoprofissional	122,166	6	20,361	1,140	,358
gruposetarios * classetempocpcj	265,983	7	37,998	2,127	,063
grupoprofissional * classetempocpcj	326,236	11	29,658	1,660	,119
gruposetarios * grupoprofissional * classetempocpcj	104,153	3	34,718	1,943	,138
Error	714,667	40	17,867		
Total	94969,000	86			
Corrected Total	2039,593	85			

Variável dependente: qrvchis3

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	699,222(a)	45	15,538	1,234	,250
Intercept	48623,715	1	48623,715	3862,601	,000
gruposetarios	62,029	3	20,676	1,643	,195
grupoprofissional	40,887	6	6,815	,541	,774
classetempocpcj	6,115	3	2,038	,162	,921
gruposetarios * grupoprofissional	48,553	6	8,092	,643	,695
gruposetarios * classetempocpcj	118,320	7	16,903	1,343	,256
grupoprofissional * classetempocpcj	177,454	11	16,132	1,282	,270
gruposetarios * grupoprofissional * classetempocpcj	33,382	3	11,127	,884	,458
Error	503,533	40	12,588		
Total	109017,000	86			
Corrected Total	1202,756	85			

Variável dependente: ecvctotal

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	3557,243(a)	45	79,050	1,058	,431
Intercept	51367,677	1	51367,677	687,409	,000
gruposetarios	132,097	3	44,032	,589	,626
grupoprofissional	485,630	6	80,938	1,083	,389
classetempocpcj	30,909	3	10,303	,138	,937
gruposetarios * grupoprofissional	460,151	6	76,692	1,026	,423
gruposetarios * classetempocpcj	503,556	7	71,937	,963	,471
grupoprofissional * classetempocpcj	901,597	11	81,963	1,097	,389
gruposetarios * grupoprofissional * classetempocpcj	264,268	3	88,089	1,179	,330
Error	2914,333	39	74,726		
Total	128377,000	85			
Corrected Total	6471,576	84			

